



Anais da Assembléia

Nº 113

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 1989

ANO XV

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 56/89

Data: 06.12.89

Súmula: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Iguaraçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Ângulo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Iguaraçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Ângulo.

"Inicia nas divisas do Lote n. 14 da quadra n. 18, até o lote n. 01 da quadra n. 19 inclusive, com os lotes rurais de ns. 490, 495, 500 e 505 exclusive, até o início da Rua n. 17, por esta contornando a Praça "1" e seguindo novamente pela rua n. 17, até o cruzamento da rua n. 15-A, seguindo o contorno do campo de futebol até o cruzamento da rua n. 16 com a rua Iguaraçu. Seguindo a Rua Iguaraçu, até o cruzamento, até o cruzamento desta com a Rua Maringá, e por esta segue até os lotes rurais de ns. 450, 445, 440, 435, 430 e 425 exclusive e com os lotes urbanos das quadras ns. 01, 03, 04, 11 e inclusive até o Ribeirão da Caçadeira. Subindo o Ribeirão da Caçadeira pela margem esquerda até a Avenida Brasil e por esta até a Estrada Boiadeira (Antiga Estrada Velha), por esta até a Avenida n. 05 e por esta até encontrar novamente a Estrada Boiadeira e seguindo por esta até o lote n. 14 da quadra n. 18, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro, em 06.12.89

(a) ANIBAL KHURY

RESOLUÇÃO Nº 59/89

Data: 06.12.89

Súmula: Autoriza a realização de plebiscito objetivando a criação do Município de Virmond, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito objetivando a criação do Município de Virmond, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas abaixo especificadas:

"Começando no marco P.P.O.N.S.E.W., cravado próximo da confluência do Rio Restinga Grande com o Rio Canta Galo e a ponte de concreto na Rodovia Panamericana BR-277 em confrontação com terras do Município de Canta Galo-PR., segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Canta Galo em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Canta Galo -PR., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Canta Galo com o Rio Cavernoso. Deste marco segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Cavernoso em sua margem direita no sentido descendente confrontando com as terras do Município de Guarapuava - PR., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Cavernoso com o Rio Tapera em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul - PR., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a ponte de concreto no Rio Tapera e a Rodovia Panamericana BR-277 que se dirige para Laranjeiras do Sul-PR., deste segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Tapera em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul - PR., com vários rumos sucessivos e distâncias encontrar a cabeceira do Rio Tapera onde encontra-se um marco de divisa dos Municípios de Laranjeiras do Sul - PR., e de Canta Galo - PR., deste marco segue por uma linha seca poligonal perimétrica com um percurso retilíneo, confrontando com terras do Município de Canta Galo - PR., com o rumo NE 16°15' SW e mediu-se 690,00 m onde encontra-se a cabeceira do Rio Restinga Grande na linha perimétrica. Finalmente, deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Restinga Grande em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Canta Galo PR., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Restinga Grande com o Rio Canta Galo onde começou e que encerra

a demarcação desta área."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.12.89.

(a) ANIBAL KHURY

RESOLUÇÃO N° 60/89

Data: 06.12.89

Súmula: Autoriza a realização de plebiscito, visando a criação do Município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, visando a criação do Município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do Município de Pitanga, com as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial e final a Foz do Rio da Prata no Rio Cantu. Do ponto inicial, sobe pelo Rio Cantu até a sua nascente; deste ponto segue por linha seca no divisor de águas da Serra de Pitanga (divisa do imóvel Tigre com a Gleba-3 - Rio Peio) até a nascente do Rio Marrequina; desde ponto, segue por linha reta e seca até alcançar o Rio dos Pocinhos; desce pelo Rio dos Pocinhos até sua foz no rio Araguaí; desce por este até a foz do Arroio Buriti; sobe por este até a sua nascente; deste ponto deflete à direita em linha seca rumo Sul até a estrada Santa Maria Saudades; segue por esta até a divisa com o Município de Turvo na ponte sobre o Rio Bonito; sobe por este até a sua nascente; deste ponto segue rumo Noroeste por linha reta e seca (divisa intermunicipal com Turvo) até a nascente do Rio Caçador ou Bau; desce por este até sua foz no Rio Piquiri; desce por este até a foz do Rio Logrador (divisa intermunicipal com Guarapuava e Cantagalo), sobe por este até a sua nascente (divisa intermunicipal com Palmital); deste ponto segue em linha reta e seca até encontrar a nascente do Arroio Seco; desce por este até sua foz no Rio Caveira; desce por este até sua foz no Rio da Prata; desce por este até a sua foz no Rio Cantu (divisa intermunicipal com Palmital), ponto inicial e final".

Art 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.12.89.

(a) ANIBAL KHURY

RESOLUÇÃO DE N° 61/89

Data: 06.12.89

Curitiba, quarta, em 06.12.89

Súmula: Dispõe que aos Servidores do Poder Legislativo, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Aos servidores do Poder Legislativo, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a partir de 1º de novembro de 1989, cujo valor fica elevado para NCz\$ 420,00 (quatrocentos e vinte cruzados novos), a partir de 1º de dezembro de 1989.

§ 1º - O valor do abono referido neste artigo será calculado na forma proporcional à carga horária de trabalho, aos servidores regidos pela CLT que tenham optado por jornada inferior a 08 (oito) horas diárias.

§ 2º - O abono estabelecido neste artigo não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais ou quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1989.

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.12.89.

(a) ANIBAL KHURY

RESOLUÇÃO N° 62/89

Data: 06.12.89

Súmula: Autoriza a realização de plebiscito visando a criação do Município de Cândói, desmembrado do Município de Guarapuava, formado com áreas do Distrito de Cândói e do Distrito de Paz, com as divisas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, visando a criação do Município de Cândói, desmembrado do Município de Guarapuava, formado com áreas do Distrito de Cândói e do Distrito de Paz, com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Cavernoso, no encontro com a Estrada Capão da Lagoa - Cantagalo, segue pela referida estrada até o encontro com a Estrada Capão da Lagoa-Campo Fechado, segue por esta até o Lajeado dos Porcos, descendo o lajeado dos Porcos até sua foz no Rio Campo Real, descendo o Rio Cam-

po Real até sua foz no Rio Jordão, descendo o Rio Jordão até sua foz no Rio Iguaçu, descendo o Rio Iguaçu até a foz do Rio Capivari, acima até o encontro com a estrada Capão da Lagoa - Cantagalo, ponto inicial.

MEMORIAL DESCRITO DO QUADRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CANDÓI

Partindo do eixo da BR-373 que vai de Três Pinheiros a Pato Branco, à altura do Km. 416,8 sobre o Rio da Divisa; pelo Rio da Divisa abaixo; na distância de 1.400 m. passando pelos fundos da Serraria Zagonel, até encontrar a rede de energia elétrica; daí segue em linha reta e seca, no sentido de Pato Branco e numa distância de 8.200m, até a altura do marco do Km. 425, desse ponto, segue por linha reta e seca, numa distância de 1.000 m. até a BR-373, no marco 425; continua por linha reta e seca, no mesmo rumo por mais 2.500 m.; daí deflete à direita e, por linha reta e seca, com a distância de 8.200 m. alcança a Estrada do Rio da Lage; desse ponto, por linha reta e seca, numa distância de 2.000 m., alcança o eixo da BR-373 sobre o Rio da Divisa na Altura do Km. 416,8, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.12.89.

(a) ANIBAL KHURY

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 1989 QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerônimo Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beral-

din, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 107/89

Curitiba, 04 de dezembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda, possa, nos termos da anexa minuta, firmar termo de revigoramento e re-reatificação ao Convênio celebrado em 19 de setembro de 1988, com o Município de São Miguel do Iguaçu, visando a construção do Edifício da Agência de rendas do referido Município.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 108/89

Curitiba, 04 de dezembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, possa celebrar convênios nos termos das minutas anexas, com os

Municípios de Francisco Beltrão e Rolândia, objetivando a conclusão de prédios destinados a dependências da Polícia Militar do Estado.

É, ainda, solicitada autorização para celebração, nos termos da minuta anexa, de Termo de Revigoramento do Convênio firmado em 10 de agosto de 1987, entre o Estado do Paraná, através da SESP e o Município de Maringá, objetivando a construção de prédio também destinado a dependências da Polícia Militar do Estado.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 109/89

Curitiba, 04 de dezembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembleia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado, possa, nos termos da minuta padrão anexa, celebrar convênios com os municípios de Coronel Vivida, Iporã, Pérola, Primeiro de Maio, Joaquim Távora e Matelândia, objetivando a manutenção dos serviços de assistência jurídica gratuita à população economicamente carente na região de abrangência da respectiva comarca.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 111/89

Curitiba, 06 de dezembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar dispondo que os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro da Polícia Civil, excluídos os da carreira de delegado de Polícia, possam a ser os constantes da tabela

Curitiba, quarta, em 06.12.89

la que faz parte integrante de tal projeto de lei. Dispõe, ainda, que os valores fixados serão reajustados sempre que forem alterados os vencimentos do funcionalismo em geral, nos mesmos percentuais e época de vigência.

A proposição ora formulada a essa Augusta Casa decorre do resultado de estudos realizados pelas Secretarias de Estado da Administração e da Segurança Pública, sendo adiante transcritos, trechos de expediente que, melhor detalhando o assunto, me foi encaminhado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração:

"De posse das várias propostas apresentadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, com relação às carreiras da Polícia Civil e Militar, e após inúmeras conversações com o titular daquela Pasta, chegou-se a uma proposta alternativa que nos parece, s.m.j., atender as necessidades de compatibilização salarial entre as duas instituições.

Estas alterações ora apresentadas decorrem de dispositivo constitucional que, ao dar isonomia aos Delegados de Polícia com as carreiras jurídicas, rompeu o equilíbrio da remuneração existente entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, e dentro da própria Polícia Civil".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, excluídos os da carreira de Delegado de Polícia, passam a ser os fixados na tabela anexa à presente lei.

Parágrafo Único - Os valores fixados na tabela referida neste artigo serão reajustados sempre que forem alterados os vencimentos do funcionalismo em geral, nos mesmos percentuais e época de vigência, independentemente de lei complementar.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Tabela de que trata o art. 1º

QUADRO DA POLÍCIA CIVIL

CARGOS	1ª CLASSE	2ª CLASSE	3ª CLASSE	4ª CLASSE
Médico Legista	2654.56	2528.15	2401.74	2275.33
Perito Criminal	2654.56	2528.15	2401.74	2275.33
Químico Geral	2654.56	2528.15	2401.74	2275.33
Toxicologista	2654.56	2528.15	2401.74	2275.33
Detetive	1896.11	1738.10	1580.09	1422.08
Escrivão Polícia	1896.11	1738.10	1580.09	1422.08
Agente Segurança	1258.39	1122.18	1082.05	1035.59
Datiloscopista	1580.09	1349.40	1258.39	1167.37
Tec. Telec. Policiais	1390.48	1304.21	1235.63	1167.37
Tec. Manut. Policiais	1258.39	1210.03	1144.62	1099.43
Operador Telec. Pol.	1122.18	1082.05	1050.76	1035.59
Identif. Dactilo.	1082.05	1066.56	1050.76	1035.59
Carcereiro	1082.05	1066.56	1050.76	1035.59
Aux. Manut. Policial	1082.05	1066.56	1050.76	1035.59
Auxiliar Necropsia	1082.05	1066.56	1050.76	1035.59
Perito Policial	1896.11			
Comissário	2054.12			

MENSAGEM N° 112/89

Curitiba, 06 de dezembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar em NCz\$ 3.603,63 (três mil seiscientos e três cruzados novos e sessenta e três centavos), o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e alterar, conforme específica, a tabela de escalonamento vertical estabelecida pelo art. 107, da Lei n. 6.417, de 03 de julho de 1973, para fixar o valor do soldo dos demais postos e das graduações dos integrantes da referida Corporação. Visa, ainda, projeto em referência, dar nova redação ao inciso IV, do art. 2º, da Lei n. 9.105, de 23 de outubro de 1989, que dispõe sobre limite de remuneração de servidores públicos civis e militares do Estado, ativos e inativos e de pensionistas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

O plano de lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa é grandemente significativo, eis que virá atender reivindicações dos integrantes da Polícia Militar, cujos soldos serão atualizados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1990.

Integra, também, o anteprojeto de lei em referência, um dispositivo modificando o inciso IV, do art. 2º da Lei 9.105, de 23 de outubro de 1989, com o objetivo de tornar mais claro, isento de interpretações divergentes, o texto ora modificado.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O valor do soldo do posto de Coronel da Polícia Militar fica fixado em NCz\$ 3.603,63 (três mil, seiscientos e três cruzados novos e sessenta e três centavos).

Art. 2º - A tabela de escalonamento vertical, estabelecido pelo artigo 107 da Lei n. 6.417, de 03 de julho de 1973, passa a vigorar com os seguintes índices:

- 1 - Oficiais Superiores
 - a) Coronel - PM Índice 1000
 - b) Tenente Coronel - PM ... Índice 900
 - c) Major PM Índice 868
- 2 - Oficiais Intermediários:
 - Capitão PM Índice 695
- 3 - Oficiais Subalternos
 - a) Primeiro Tenente ... Índice 602
 - b) Segundo Tenente PM .. Índice 520
- 4 - Praças Especiais:
 - a) Aspirantes a Oficiais PM. Índices 395
 - b) Aluno (último ano) .. Índice 201
 - c) Aluno (demais anos) .. Índices 185
- 5 - Praças:
 - a) Subtenente PM ... Índice 362
 - b) 1º Sargento PM .. Índice 310
 - c) 2º Sargento PM .. Índice 272
 - d) 3º Sargento PM .. Índice 237
 - e) Cabo PM ... Índice 223
 - f) Soldado PM 1ª Classe .. Índice 201
 - g) Soldado PM 2ª Classe .. Índice 185

Art. 3º - O inciso IV, do art. 2º da Lei n. 9.105, de 23 de outubro de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º -

IV - adicional por tempo de serviço até 35% (trinta e cinco por cento), observado o limite do valor correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração do cargo de Secretário de Estado; e"

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 113/89

Curitiba, 06 de dezembro de 1989
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar dispondo sobre modificações na carreira de Delegado de Polícia, em face de normas contidas no art. 241, da Constituição Federal e no § 4º, do art. 47, da Constituição Estadual promulgada em 05 de outubro próximo passado.

O plano de lei Complementar ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado da Administração e pela da Segurança. Apresentando mais detalhados esclarecimentos em torno do assunto, é anexada cópia autêntica da Exposição de Motivos n. 1402/89, de 29 de novembro de 1989, firmada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - O vencimento básico dos cargos integrantes da carreira de Delegado de Polícia, de que trata a Lei Complementar número 14, de 26 de março de 1982, com suas posteriores alterações, e conforme preceitua o art. 241, da Constituição Federal, fica fixado na forma abaixo:

- Delegado de Polícia -
1ª Classe NCz\$ 7.031,66
- Delegado de Polícia -
2ª Classe NCz\$ 6.328,53
- Delegado de Polícia -
3ª Classe NCz\$ 5.695,63
- Delegado de Polícia -
4ª Classe NCz\$ 5.126,12

Art. 2º - A gratificação estabelecida no inciso I, do parágrafo 1º, do art. 86, da Lei Complementar número 14, de 26 de março de 1982, alterado pelo art. 1º, da Lei Complementar número 29, de 04 de abril de 1986, e pelo art. 3º, da Lei número 8.931, de 24 de janeiro de 1989, passa a ser de 170% (cento e setenta por cento) para o Delegado de Polícia.

Art. 3º - O vencimento básico estabelecido no art. 1º, com relação aos beneficiários desta lei, absorve, incorpora e extingue as gratificações de regime de trabalho policial e pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, de que tratam os artigos 89 e 92, da Lei Complementar número 14/82, alterados, respectivamente pelo art. 1º da Lei Complementar número 41, de 21 de dezembro de 1986, e quaisquer outras vantagens pecuniárias percebidas a qualquer título, por decisão administrativa ou judicial, ressalvados os adicionais por tempo de serviço, ajuda de custo, diárias, salário-família e auxílio-doença.

Parágrafo Único - Os adicionais por tempo de serviço, de que trata o "caput" deste artigo, serão calculados na forma prevista no art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 7 quinquênios, à razão de 5% a cada 5 anos.

Art. 4º - Os aumentos de vencimentos e vantagens concedidas a qualquer título aos integrantes das carreiras referidas no art. 135, da Constituição Federal, inclusive os atribuídos durante a tramitação desta lei, incidirão em igual percentual, sobre os valores do art. 1º.

Art. 5º - Para os efeitos da presente lei, a remuneração de Delegado de Polícia - 1ª Classe guardará identidade com o limite fixado pela Lei n. 9.105, de 23 de outubro de 1989, e, para as demais classes, observar-se-á a diferença percentual existente entre as mesmas, a partir da aplicação do limitador constitucional ao referido cargo, a fim de manter-se a proporcionalidade de remuneração.

Art. 6º - Não depende de lei complementar a revisão dos vencimentos fixados no art. 1º.

Art. 7º - Fica revogado o art. 291, da Lei Complementar número 14, de 26 de maio de 1982.

Parágrafo Único - Até que sejam revisados os critérios de fixação de vencimentos para as séries de classes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, são mantidos os atuais vencimentos constantes da respectiva Tabela e as diferenças percentuais em vigor, excluídas as classes de Delegado da Polícia.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 05 de outubro de 1989, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

Of. n. 1402/89-SEAD

Curitiba, 29 de novembro de 1989
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
Senhor Presidente.

A Constituição Federal em seu art.

241, assegura aos delegados de polícia de carreira a aplicação do princípio da isonomia com as carreiras disciplinadas em seu art. 135, que são as do Ministério Público, da Advocacia-Geral e da Defensoria Pública, garantindo-lhes, com isso, a igualdade de vencimentos com os Membros do Ministério Público.

Em vista disso foram feitos os necessários estudos por esta Secretaria, juntamente com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, chegando-se, finalmente, a um consenso sobre a necessidade, oportunidade e texto do instrumento indispensável ao cumprimento dos dispositivos constitucionais acima referidos.

No sentido de que tenham aplicação imediata as normas reconhecedoras de um novo tratamento remuneratório aos delegados de Polícia, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa minuta de anteprojeto de lei complementar, a qual consubstancia o tratamento isonômico preconizado a essa categoria de servidores.

Em seu contexto o anteprojeto trata da fixação de vencimentos das quatro classes da carreira de delegado de Polícia, correspondentes aos fixados para a carreira do Ministério Público, com exceção do atribuído ao cargo de Procurador de Justiça, eleva o percentual de 126%, absorve, incorpora e extingue as gratificações de regime de trabalho policial e pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida e saúde; limita os adicionais em sete quinquênios, à razão de 5% cada um, determina a aplicação do limitador estabelecido na Lei n. 9105/89, desvincula as demais carreiras da Polícia Civil, da de Delegado de Polícia, para efeito de vencimentos, faz retroagirem a 05 de outubro de 1989, os efeitos financeiros da lei.

A despesa decorrente da aplicação deste plano de lei é de ordem de NCz\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil cruzados novos), em valores do mês de novembro de 1989.

Certo de que Vossa Excelência, após examinar a presente proposta, determinará o necessário encaminhamento, reitero-lhe os meus protestos de estima e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Secretário de Estado da Administração

MENSAGEM N° 114/89

Curitiba, 06 de dezembro de 1989
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar dispondo sobre modificações na carreira de Procurador do Estado tendo em vista preceitos contidos no art. 125, da Constitui-

ção Estadual promulgada a 5 de outubro próximo passado.

O plano de lei complementar ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa decorre do resultado de estudos conjuntos realizados pela Secretaria de Estado da Administração e pela Procuradoria Geral do Estado. Oferecendo mais detalhados esclarecimentos sobre a conveniência e oportunidade da medida, é anexada cópia autêntica da Exposição de Motivos n° 1.401/89, de 29 de novembro de 1989, que me foi encaminhada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1° - O vencimento básico dos cargos integrantes da carreira de Procurador do Estado, de que trata a Lei Complementar número 26, de 30 de dezembro de 1985, modificada pela Lei Complementar número 40, de 08 de dezembro de 1987, fica fixado na forma abaixo:

Procurador do Estado - Classe I -

NCz\$ 7.422,52

Procurador do Estado - Classe II -

NCz\$ 7.031,66 Procurador do Estado -

Classe III -

NCz\$ 6.328,53 Procurador do Estado -

Classe IV -

NCz\$ 5.695,63 Procurador do Estado -

Classe V -

NCz\$ 5.126,12

Art. 2° - Aos atuais ocupantes dos cargos da carreira mencionada no artigo anterior, fica assegurado o vencimento básico nele fixado, que absorve, incorpora e extingue todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente, percebidas a qualquer título, por decisão administrativa ou judicial, exceto adicionais por tempo de serviço, ajuda de custo, diárias, salário-família, auxílio-doença e as previstas nos artigos 140, inciso III, 159 e 172, inciso I, VI, VII e IX, da Lei número 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Parágrafo único - Os adicionais por tempo de serviço de que trata o "caput" deste artigo serão calculados na forma prevista no art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 7 quinquênios, à razão de 5% a cada 5 anos.

Art. 3° - Fica fixada em 40 horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, ficando vedada a percepção da gratificação

pela prestação de serviço extraordinário e pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. 4º - O índice percentual da gratificação de representação instituída pelo art. 11, da Lei número 7.825, de 29 de dezembro de 1983, modificado pelo art. 1º, da Lei número 8.931, de 24 de janeiro de 1989, atribuída aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, fica elevado para 170% (cento e setenta por cento) do respectivo vencimento básico.

Art. 5º - É vedado aos ocupantes de cargos de Procurador do Estado o exercício da advocacia particular, ressalvando o direito dos atuais integrantes da carreira referidos no art. 2º.

Art. 6º - Os aumentos de vencimentos e vantagens concedidos a qualquer título aos integrantes das carreiras referidas no artigo 135, da Constituição Federal, inclusive atribuídos durante a tramitação desta Lei, incidirão em igual percentual, sobre os valores estabelecidos no art. 1º da presente lei.

Art. 7º - Os proventos e pensões que têm por base de cálculo os vencimentos dos cargos de que trata a presente lei, serão revistos automaticamente, de acordo com os valores e critérios nela consignados.

Art. 8º - Para os efeitos da presente lei, a remuneração de Procurador do Estado, Classe I, guardará identidade com o limite fixado pela Lei número 9.105, de 23 de outubro de 1989, e, para as demais classes, observar-se-á a diferença percentual existente entre as mesmas, a partir da aplicação do limitador constitucional ao referido cargo, a fim de manter-se a proporcionalidade de remuneração.

Art. 9º - A despesa decorrente da execução desta Lei, correrá à conta das dotações orçamentárias próprias da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 5 de outubro de 1989, revogados o artigo 5º da Lei nº 7881, de 26 de julho de 1984, o art. 1º da Lei nº 6.569, de 25 de junho de 1974, na parte a que se refere à classe única de Procurador da Procuradoria Geral do Estado e demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Of. nº 1401/89-SEAD

Curitiba, 29 de novembro de 1989

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Governador.

A Constituição Federal, em seu art. 132, além de estabelecer as atribuições fundamentais dos Procuradores estaduais, organizados em carreira, determina que seja observado o disposto em seu art. 135,

Curitiba, quarta, em 06.12.89

assegurando-lhes a aplicação do princípio da isonomia de vencimentos, com os fixados para os Membros do Ministério Público.

Tratando-se de norma institucional, emanada da Carta Magna, a Constituição Estadual, em seu art. 125, inseriu a mesma garantia aos procuradores em referência.

Em vista disso, foram feitos os necessários estudos pela Procuradoria Geral do Estado, juntamente com esta Secretaria, chegando-se, finalmente, a um consenso sobre a necessidade, oportunidade e texto do instrumento indispensável ao cumprimento dos dispositivos constitucionais acima referidos.

No sentido de que tenham aplicação imediata as normas reconhecedoras de um novo tratamento remuneratório aos procuradores do Estado, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa minuta de anteprojeto de lei complementar, a qual consubstancia o tratamento isonômico preconizado aos servidores incumbidos de exercer a representação judicial do Estado.

Excelentíssimo Senhor
ÁLVARO FERNANDES DIAS,
Digníssimo Governador do Estado.
GOVERNADORIA
N/ CAPITAL

Em seu contexto, trata da fixação dos vencimentos das cinco classes da carreira de Procurador do Estado, cujos valores correspondem aos fixados para iguais classes dos Membros do Ministério Público; incorpora e extingue vantagens; fixa a jornada semanal de trabalho; eleva o valor da gratificação de representação de 126% para 170%; regula o exercício da advocacia particular; limita os adicionais em sete quinquênios, à razão de 5% cada um; dá igual tratamento aos procuradores aposentados e aos pensionistas; determina a aplicação do limite estabelecido pela Lei nº 9.105/89; faz retroagirem os benefícios financeiros a 5 de outubro de 1989 e declara revogados dois dispositivos de lei, por se tornarem incompatíveis com o plano que segue em anexo.

Cabe salientar, por tratar-se de matéria relativa a servidores de outro Poder, que com a revogação do artigo 5º da Lei nº 7.881/84, serão desvinculados da percepção da elevação do índice percentual da gratificação de representação atribuída aos Procuradores de Estado, os Assistentes Jurídicos do Tribunal de Justiça, os quais continuarão a receber a vantagem na mesma importância atual, por motivo de ser assunto da competência privativa do Tribunal de Justiça, conforme prescreve o art. 101, alínea c da Constituição Estadual e só a ele cabe propor as providências que impliquem em alteração nos vencimentos do pes-

soal dos serviços auxiliares.

A despesa decorrente da aplicação da medida proposta é da ordem de NCz\$... 1.320.000,00 (um milhão, trezentos e vinte mil cruzados novos).

Certo de que Vossa Excelência, após examinar a presente proposta determinará o necessário encaminhamento, reitero-lhe os meus protestos de estima e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Secretário de Estado da Administração

Of. n° 104/89

G.P. - G.S.

Curitiba, 06 de dezembro de 1989
Senhor Presidente.

Em obediência ao artigo 56 e seus parágrafos das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência acompanhado de justificativa, o incluso anteprojeto de lei complementar, tendo por objetivo dar nova organização e denominação aos cargos integrantes da Carreira de Assessor Jurídico deste Poder.

Por oportuno, esclareço a Vossa Excelência que igual providência está sendo adotada pelo Poder Executivo, cuja mensagem serviu de molde para o anteprojeto ora encaminhado à consideração dessa Augusta Casa Legislativa.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência, Senhor Presidente, meus protestos de consideração e apreço.

(a) ABRAHÃO MIGUEL

Presidente

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1° - Os cargos de Assessor Jurídico integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, de que tratam as Leis n°s 8.672 e 8.673, ambas de 21 de dezembro de 1987, mantido o atual número, passam a constituir carreira especial, nos termos do art. 56 e seus parágrafos, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, com a denominação e vencimentos seguintes:

SITUAÇÃO ANTERIOR		
CARGO	REF.	CLASSE
ASSESSOR JURÍDICO	PJ-I	I
ASSESSOR JURÍDICO	PJ-I	II
ASSESSOR JURÍDICO	PJ-I	III
SITUAÇÃO ATUAL		
CARGO	CLASSE	VENCIMENTO MENSAL
PROCURADOR JUDIC.	I	NCz\$ 6.328,53
PROCURADOR JUDIC.	II	NCz\$ 5.695,63
PROCURADOR JUDIC.	III	NCz\$ 5.126,12

Art. 2° - Aos atuais ocupantes dos cargos mencionados no artigo anterior fica

assegurado o vencimento básico e a verba de representação fixados nesta lei, que absorvem, incorporam e extinguem todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente, percebidas a qualquer título, por decisão administrativa ou judicial, exceto adicionais por tempo de serviço, ajuda de custo, diárias, salário-família, auxílio-doença e as previstas nos artigos 140, inciso III, 159 e 172, incisos I, VI, VII e IX, da Lei número 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Parágrafo único - Os adicionais por tempo de serviço de que trata o caput deste artigo, serão calculados na forma prevista no art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 7 quinquênios, à razão de 5% a cada 5 anos de serviço.

Art. 3° - Fica fixada em 40 horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes da carreira do Procurador Judiciário, vedada a percepção da gratificação pela prestação de serviço extraordinário, bem como a prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. 4° - Aos ocupantes dos cargos de Procurador Judiciário de que trata esta lei fica assegurada a percepção de verba de representação de 170% (cento e setenta por cento) sobre o vencimento básico do cargo.

Parágrafo único - A vantagem de que trata este artigo integra os vencimentos do cargo para todos os efeitos legais.

Art. 5° - Os aumentos de vencimentos e vantagens concedidos a qualquer título aos integrantes das carreiras referidas no art. 135, da Constituição Federal, inclusive os atribuídos durante a tramitação desta lei, indicarão, em igual percentual, sobre os valores estabelecidos no art. 1°, da presente Lei.

Art. 6° - Os proventos e pensões que têm por base de cálculo os vencimentos dos cargos de que trata a presente lei, serão revistos automaticamente, de acordo com os valores e critérios nela consignados.

Art. 7° - Para efeitos da presente lei, a remuneração de Procurador Judiciário, Classe I, ficará sujeita ao limite máximo fixado no inciso XI, do art. 27, da Constituição Estadual e, para as demais classes, observar-se-á a diferença percentual existente entre as mesmas, a partir da aplicação do limitador constitucional ao referido cargo, a fim de manter-se a proporcionalidade de remuneração.

Art. 8° - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 9° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 05 de outubro de 1989,

revogado o art. 4º da Lei nº 7547, de 10 de dezembro de 1981 e demais disposições em contrário.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do Partido da Reconstrução Nacional, nesta Assembléia Legislativa, indica a Deputada Amélia de A. Hruschka para integrar a CPI da Saúde.

Agradecendo suas providências, no sentido de oficializar nossa indicação, valemo-nos da oportunidade para reiterar nossas expressões de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, nesta Assembléia Legislativa, indica os Deputados ORLANDO PESSUTI, DJALMA DE AIMEIDA CÉSAR, PIRAJÁ FERREIRA e JOSÉ FELINTO - PMD, para integrarem a CPI da Saúde.

Agradecendo suas providências no sentido de oficializar nossa indicação, valemo-nos da oportunidade para reiterar nossas expressões de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no gozo de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja incluído em pauta do dia 07 de dezembro do corrente, para votação nesta Augusta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 310/89, tendo em vista o caráter urgente do preconizado no supracitado projeto. (Criação do Município de São José do Ivaí).

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO Nº 2840

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído o Projeto de Resolução nº 76/89, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com vistas à criação do Município de São Pedro do Iguaçu, na Ordem do Dia da sessão de 07.12.89.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2833

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, quarta, em 06.12.89

no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação aos projetos aprovados em 3ª. Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão e que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões em 06.12.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO Nº 2842

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por seis (06) sessões, do Projeto de Lei nº 192/89.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO Nº 2847

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos excelentíssimos Srs. Governador do Estado e Secretário da Fazenda, solicitando que o Estado reveja o já anunciado pagamento das folhas dos servidores públicos para o início de janeiro de 1990, a fim de que o mesmo seja efetuado antes do Natal.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Temos conhecimento de que o setor econômico-financeiro do Governo do Estado anunciou o pagamento do mês de dezembro para o dia 5 de janeiro de 1990.

O art. 27, § 7º da Constituição Estadual promulgada em 05 de outubro do corrente ano, determina que o pagamento seja feito até o último dia do mês vencido. Além do mais, já é tradição em nosso Estado, a antecipação do pagamento de dezembro, para que os servidores possam fazer suas compras natalinas.

A antecipação do pagamento, segundo temos ciência, levou em consideração o fato de parte desse dinheiro voltar aos cofres do Estado, na forma de ICM, pois como é sabido, o servidor tende a gastá-lo no comércio.

Com o aumento de preços que se verifica em todas as mercadorias, acima da inflação, a arrecadação do ICM deveria comportar essa antecipação, e não se encontra motivo para a alegada falta de numerário nos cofres públicos. A reconsideração será bem recebida.

REQUERIMENTO Nº 2846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, manifestando votos de repúdio à atitude do Governo Federal de importar metanol para ser adicionado aos combustíveis, exigindo o gasto de milhões de dólares em detrimento aos produtores de ALCÓOL DE CANA-DE-AÇÚCAR, que não produzem o suficiente para atender a atual demanda do produto, devido ao não cumprimento por parte do Governo Federal dos incentivos previstos no programa PROALCOOL:

1. Ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho;
2. Diretor Industrial da PETROBRÁS, Roberto Villa.
3. Ministro da Agricultura, Íris Rezende.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembléia, em Comissão Geral no dia 07 de dezembro às 14:30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n° 363/89, que autoriza o Poder Executivo a firmar escritura pública de revogação amigável da doação do imóvel "Caieira", sito em Guaratuba, feita à Cia. de Habitação do Paraná - COHAPAR, e a doar o referido imóvel ao Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 2839

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja encaminhado expediente aos Líderes de todos os partidos com representação no Congresso Nacional, solicitando que sejam retiradas da pauta de votação até a posse do novo Presidente da República, que assumirá em 15 de março de 1990, todas as concessões de rádio e TV feitas no atual Governo e que agora dependem de aprovação do Congresso Nacional.

Requer ainda, seja dada ciência do presente aos Deputados Lisianes Maciel - PDT-RJ e Haroldo Lima, PCdoB-GO, que têm se manifestado e defendido a sobreposição de tais concessões.

Sala das Sessões em 06.12.89.

(a) PEDRO TONELLI

Apoio: NEREU MASSIGNAN.

REQUERIMENTO N° 2845

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja retirado da Ordem do Dia, por três (03) sessões, o Projeto de Lei n° 340/89, que trata do IPVA para 1990.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Novamente, em meados do mês de dezembro, chega a esta Casa o anteprojeto de lei dispondo sobre a cobrança do IPVA para o exercício seguinte.

Ainda que louvável a iniciativa do nobre Parlamentar que pediu que o parecer fosse exarado pela Comissão Geral da Assembléia, cremos que esse plano de lei merece maiores estudos.

As modificações introduzidas na Lei n° 8925/88, são profundas, principalmente quando permite a cobrança do tributo em BTNF - Bônus do Tesouro Nacional Fiscal, corrigida dia-a-dia, e permite que as multas sejam corrigidas diariamente pelo mesmo critério.

Tais multas chegam ao percentual de 50% (cinquenta por cento), o que nos parece excessivo, diante da correção imposta.

Por outro lado, os prazos para cobrança não ficaram perfeitamente definidos, diante da eliminação do Calendário do CONTRAN, como havia sido aprovado por esta Casa, na Lei n° 8925/88.

Alguns dispositivos dão a entender que poderá haver dupla correção, se o prazo inicial não for concedido até o último dia do mês estabelecido para o pagamento do imposto.

As entidades assistenciais, às quais se concede isenção, deixam dúvidas quanto a sua identificação, bastante clara na lei hoje em vigor e que está sendo alterada.

É prudente portanto, que tenhamos um prazo para estudar o texto do projeto, e, através de emendas, possamos aprimorá-lo, como tem ocorrido, apesar da exigüidade do tempo que nos resta para deliberar sobre essa relevante matéria.

REQUERIMENTO N° 2832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de congratulações aos jornalistas e publicitários Paulo Mosimann e Josias Lacour, da equipe de esportes da Rádio Cidade, desta Capital, pelo transcurso do 15° ano de atividade de imprensa.

Da decisão do Plenário, requer ainda que se dê ciência aos Diretores daquela emissora.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A crônica esportiva do Estado tem sido, ao longo dos últimos anos, motivo de justo orgulho para os paranaenses. Nomes como o de Carneiro Neto, Bóris Musialowski, Mário Celso, Luiz Augusto Xavier, Sônia Nasser, José Maria Pizarro, Gilberto Fontoura e do saudoso Dirceu Graeser, entre outros tantos, engrandecem a imprensa local e projetam o Paraná no cenário internacional. A estes vultos da comunicação, somam-se os jornalistas Paulo Mosimann e Josias Lacour.

Donos de um estilo próprio e de inegável talento, Paulo Mosimann e Josias Lacour têm protagonizado as maiores emoções aos torcedores e amantes de todos os esportes, e em especial do futebol profissional, que é essência e alma do povo brasileiro. Os textos - sempre brilhantes - na imprensa escrita e nas participações de ambos no rádio e na mídia eletrônica, já fazem parte do cotidiano de todos os paranaenses que usufruem do privilégio da informação precisa e do comentário inteligente. A liderança de audiência da dupla nas pesquisas dos institutos de opinião pública, confirma esta afirmação.

Assim, nada mais justo que se reverenciar o esforço, a dedicação, o profissionalismo e o talento de Paulo Mosimann e Josias Lacour, desejando-lhes permanente e constante sucesso.

REQUERIMENTO N° 2836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Vila Fany Esporte Clube desta Capital, pela conquista do Título de Campeão da Taça Paraná de 1989.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Onaireves Rolim de Moura, Presidente da Federação Paranaense de Futebol, para que receba e transmita ao Vila Fany Esporte Clube, por intermédio do seu Presidente, Sr. Eliseu Siebert, a homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a todos seus diretores, associados e atletas.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Há séculos o esporte tem sido o símbolo da realização e da maturidade física e mental entre os povos. Independente da modalidade, desde que praticado dentro do saudável amadorismo legítimo, o esporte engrandece e congrega as pessoas.

No Paraná merece elogios o trabalho

Curitiba, quarta, em 06.12.89

desenvolvido pelo Vila Fany Esporte Clube, através do futebol - modalidade mais difundida, mais popular e de mais fácil acesso por todas as camadas sociais.

Recentemente esse clube - que enobrece o futebol e em especial o esporte amador - conquistou o título de campeão brasileiro na sua categoria.

Agora, mais uma conquista se soma no rol de vitórias da agremiação, mais um troféu vem se juntar à coleção do Vila Fany: Campeão da Taça Paraná de 1989.

É, pois, com júbilo que nos associamos à alegria das comemorações e da euforia que toma conta de seus atletas, de sua diretoria e de todos os simpatizantes.

Justa e merecida será a manifestação desta Casa de Leis, representativa do povo paranaense, congratulando-se com a diretoria liderada pelo Presidente Eliseu Siebert e com todos os adeptos do Vila Fany.

A conquista é dignificante, posto que Taça Paraná - que é o Campeonato Estadual de Futebol Amador é um dos mais bem organizados torneios e também um dos mais difíceis, pois reúne todas as grandes agremiações desde o ano de 1964, ano em que teve como primeiro campeão o Ferroviário Esporte Clube de União da Vitória.

Com esta manifestação ao Vila Fany, a Assembléia Legislativa do Paraná homenageia a todos os esportistas - atletas e dirigentes que lutam pelo engrandecimento do esporte amador em nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 2837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação da ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Jockey Club do Paraná, pela passagem do seu 116° aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Sr. Edson José Mauad, Presidente do Jockey Club do Paraná, para que receba e transmita a todos os companheiros da Diretoria e Associados, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões em 06.12.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O dia 02 de dezembro marcou a passagem do 116° aniversário do Jockey Club do Paraná, uma das maiores glórias do esporte bretão brasileiro.

A trajetória vitoriosa do Jockey Club do Paraná desde 1873, quando foi fundado, tem sido motivo de orgulho para os paranaenses e servido de elemento divulgador e promotor da nossa Capital e do nosso Estado. Além de suas programações normais tem se destacado nas competições de âmbito na-

cional.

Pela visão de seus diretores o Jockey Club tem mantido uma posição atuante e participativa na vida curitibana graças ao espírito administrativo de seus diretores e o apoio incondicional de seu quadro associativo.

A grandeza do Jockey Club do Paraná deve-se a ilustres e dedicados diretores que passaram pelos cargos diretivos de Manoel Marcondes de Sá e Edson José Mauad.

Pelo que tem feito pelo esporte bretão do Paraná, pela projeção que deu nacional e internacionalmente a Curitiba e ao Estado, o Jockey Club do Paraná é credor de nossa melhor homenagem.

Desejamos que, com esta manifestação, preste o Poder Legislativo do Paraná, em nome do povo que representa, a mais sincera homenagem ao tradicional Jockey Club do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Empresa Expresso Princesa dos Campos, pela passagem do seu 55° aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos Diretores da Empresa homenageada.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Expresso Princesa dos Campos, respaldada por uma extraordinária credibilidade junto à opinião pública de todo o Estado paranaense, merece e deve receber este registro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela passagem do seu 55° aniversário de fundação, trabalhando sempre para a grande penetração conquistada ao longo dos anos junto à população e prestando relevantes serviços para a comunidade de um modo geral.

O Expresso Princesa dos Campos representa o verdadeiro espírito paranista de pioneirismo, contribuindo para o desenvolvimento da região Centro, Oeste e Sudoeste do Paraná.

O Expresso Princesa dos Campos conseguiu ao longo desses 55 anos, com a liderança de seus Diretores, com seu dinamismo e admirável coragem, enfrentar todos os obstáculos surgidos e fazer com que a empresa se transformasse no que é hoje, uma das maiores empresas de transporte do Sul do País, plantando em todos os cantos do Centro, Oeste e Sudoeste paranaenses, uma semente a germinar confiança no amanhã, embora tenha enfrentado crises e desafios

em face das próprias condições brasileiras. No Paraná, muitas não resistiram, ficaram estagnadas pelo caminho do tempo, esmagadas pelos problemas conjunturais agravados pelo desânimo e até pela falta de visão administrativa. Outros triunfaram, é o caso do Expresso Princesa dos Campos que ultrapassou todas as barreiras encontradas.

É salutar ver a disposição e a alegria dos Diretores e colaboradores do Expresso Princesa dos Campos, diversificando sua atuação.

É, portanto, motivo de grande júbilo para todos os paranaenses a comemoração do 55° aniversário da Empresa Expresso Princesa dos Campos.

A este contentamento o Poder Legislativo através deste Deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com a direção da empresa e todo o seu corpo de colaboradores, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO N° 2843

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo ao Dr. Jaime Ricardo Paciornik, DD. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, solicitando a tomada das providências necessárias quanto ao descredenciamento em massa, de-hospitais e profissionais conveniados ao IPE, em virtude do atraso e defasagem de valores para pagamento de serviços prestados.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento ao Sindicato dos Servidores Públicos do Paraná - ASPP e Associação dos Professores do Paraná - APP, Sindicato.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos hoje, a este Plenário, este requerimento para envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, Álvaro Dias, e ao Dr. Jaime Paciornik, Superintendente do IPE - Instituto de Previdência do Estado, solicitando o imediato repasse do Estado das verbas devidas ao IPE.

Hoje, Srs. Deputados, é caótica a situação do Instituto de Previdência do Estado e, salvo melhor juízo, poderíamos afirmar que está em franco processo de falência.

O IPE está operando em vermelho, porque a sua receita é muito inferior às suas despesas, o que acarreta um déficit financeiro na instituição.

O pagamento de aposentadoria, pensões

e benefícios, pelo IPE aos assegurados, a manutenção do sistema de assistência médica e outros serviços do IPE estão, a cada dia, mais difícil de serem mantidos.

E quem é o maior responsável por isso?

O Estado. O Estado que, através do Governo, deveria repassar, no mínimo, 3% da folha de pagamento do funcionalismo estadual ao IPE e que, desde 1963, repassou uma única vez, ignorando a carência de recursos para a manutenção daquele instituto.

A APP - Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná, tem recebido denúncias de professores de todo o Estado, de que está havendo descredenciamento em massa de hospitais e médicos que prestam serviços ao IPE, motivados por retenção de pagamento por parte do Estado.

Vossas Excelências, Srs. Deputados, não podem desconhecer a gravidade e os prejuízos que tais fatos já estão acarretando aos servidores que, com seu salário altamente defasado, não têm outro recurso para conseguir assistência médico-hospitalar, senão através do IPE, o Instituto para o qual contribuem.

Hoje, qualquer filiado ao IPE que necessita de exames, deve pagar 30% dos custos, para obter o exame desejado, e no interior do Estado, já é comum os funcionários públicos pagarem as consultas médicas também, mediante autorização para desconto em folha, coisa que jamais foi feita pelo IPE.

A falta de recursos para manutenção do sistema e, ainda, o pagamento atrasado e com valores defasados dos serviços prestados pelos hospitais e médicos conveniados ao IPE, contribui sobremaneira para uma queda drástica no padrão e qualidade dos serviços do IPE, acarretando numa insatisfação generalizada tanto por parte dos médicos e outros profissionais, como por parte dos assegurados.

E, o que tudo isso que acabamos de relatar reflete, Senhores Deputados?

Exatamente, que o IPE está em falência.

E há uma explicação para isso.

Nos quinze primeiros anos da existência do Instituto, houve um progressivo crescimento da receita e um pequeno percentual de despesas, refletido pelo grande número de contribuintes do órgão e às poucas despesas que tinha em virtude de os novos assegurados estarem na faixa entre 18 e 28 anos de idade, faixa que está colocada a salvo da maioria das enfermidades e distúrbios orgânicos e a quase inexistência de aposentadorias e benefícios a serem pagos.

Essa média foi mantida por vários anos e, hoje, a situação é totalmente inversa

àquela de quinze anos atrás. A pirâmide colocada no início está invertida e, a despesa é inúmeras vezes maior que a receita, em virtude de uma grande parte dos seus assegurados, na idade a partir de 28 anos, começar a recorrer com maior frequência aos serviços do órgão e, logicamente, há milhares de aposentadorias, pensões e demais benefícios a serem pagos.

O Instituto de Previdência do Estado, IPE, não tem recursos aplicados em fundo de ações ou coisa parecida e o seu patrimônio é irrisório perto do que poderia haver sido constituído.

O retrato é de real falência, agravado pela insensibilidade do Governo em não determinar os repasses que poderiam propiciar a manutenção do IPE e que, quiçá, recuperá-lo da sua triste situação.

Hoje, mais do que nunca, os 3% da folha de pagamento do funcionalismo estadual têm de ser repassados ao IPE.

Não falamos, sequer, no pagamento dos repasses atrasados, retroativo aos anos em que o Governo "caloteou" o IPE e os seus contribuintes.

O não repasse dos recursos ao IPE, previsto na Constituição do Estado - implica em grave irresponsabilidade política e administrativa da classe dirigente do nosso Estado que pode, por inconseqüência e omissão, deixar ir à bancarrota um dos mais prestigiosos e importantes órgãos de previdência, modelar que foi considerado em todo o país.

Amparados no artigo 38, das Disposições Transitórias, no artigo 42, parágrafo 4º da Constituição do Paraná, bem como na Lei nº 4.766/63, e no Decreto nº 14.585/64, solicitamos aos nobres Deputados nesta Casa, responsáveis, compromissados com o povo do Paraná, a intercessão junto ao Governo do Estado, para que sejam honrados os seus compromissos com o Instituto de Previdência do Estado, repassando imediatamente, as verbas que lhe são devidas, evitando um colapso total no atendimento aos servidores públicos estaduais, que, segundo apurou uma comissão de sindicância no IPE, há alguns anos, previa a falência total em 1986.

Hoje, pressionar o repasse dos recursos do Estado para o IPE não implica na simplória defesa dos interesses dos servidores públicos do Estado mas, a defesa dos interesses de todos os paranaenses, quando se trata da defesa de um patrimônio público e a defesa da Constituição promulgada em 05 de outubro, escrita à luz dos interesses maiores do povo paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2844

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, solicitando o repasse imediato das verbas devidas ao Instituto de Previdência do Estado - IPE, a fim de salvar aquela instituição da situação caótica para a qual vem se encaminhando, movida pela carência de recursos que viabilizem a manutenção do sistema de serviços que presta aos servidores do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Pronunciamento em anexo.

Requer, ainda, que do presente dê-se ciência ao Sindicato dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP), Associação dos Professores do Paraná (APP) e ao IPE.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 377/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criada a "Região Administrativa de União da Vitória", integrada pelos Municípios de Porto Vitória, Cruz Machado, Bituruna, Paula Freitas e Paulo Frontin.

§ 1° - Fica designada como sede da Região Administrativa a cidade de União da Vitória.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado do Paraná recém-promulgada, contemplou aos municípios a possibilidade de organizarem-se através da formação de microrregiões com municípios limítrofes, via lei complementar.

A centralização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, constitui um dos importantes aspectos da moderna administração pública.

Os municípios que o presente plano de lei pretende contemplar, foram dentre os de significativa representatividade dentro do contexto do Estado do Paraná, pois muito tem contribuído para o desenvolvimento da região e conseqüentemente do Estado.

A centralização de polos administrativos para atendimento das regiões que os compoem, além de colaborar para a racionalização do serviço público, combaterá a ineficiência da centralização, agilizando o progresso e o desenvolvimento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 375/89

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o município de MATO RICO desmembrado do Município de Pitanga, com as seguintes divisas:

"Começa na confluência dos rios Palmital e Liso. Sobe pelo rio Liso até sua cabeceira mais alta, de onde em reta, por uma linha seca, alcança a cabeceira do rio Barreiro Grande, desce por este até sua foz no rio Cantu, desce por este até sua foz no rio dos Macacos, sobe por este, divisando com o Município de Roncador, até atingir a estrada Campo Mourão - Pitanga, segue por esta até encontrar o rio Palmital, desce por este até sua confluência com o rio Liso, ponto inicial.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O atual distrito de Mato Rico, no Município de Pitanga, vem apresentando um desenvolvimento dos mais prósperos e acentuados nesses últimos anos, motivando a pretensão da sua laboriosa população, em torná-lo independente, a fim de que o crescimento ali gerado não venha sofrer solução de continuidade. Vale ressaltar que o distrito de Mato Rico conta com infra-estrutura capaz de atender as necessidades básicas da população. Com uma economia baseada essencialmente na área agrícola, conta também com substancial apoio da área animal, bem como um comércio de considerável porte.

Atendendo os requisitos prescritos pela lei para a criação de novos municípios, a comunidade de Mato Rico anseia por sua emancipação, e confia que esta Casa de Leis aprovará o referido projeto.

PROJETO DE LEI N° 376/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito ao Senhor SERGIO MARCOS PROSDÓCIMO.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.11.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A 25 de novembro de 1949 a Refrigeração Paraná S.A. iniciava suas atividades em Curitiba com uma então incipiente produção de balcões frigoríficos e geladeiras, dimensionada para atender ao mercado local, em pequena escala, fruto do trabalho de meia dúzia de pessoas em precárias instalações.

Nascia então o que, após quarenta anos de atividades, viria a se constituir num

dos principais grupos brasileiros no ramo da refrigeração, com uma linha muito ampla de produtos para atender ao mercado nacional para a exportação.

De uma fabriqueta de fundo de quintal sobre a qual foi adicionada a obstinação e a vontade de trabalho de verdadeiros pioneiros da industrialização paranaense surgiu um exemplo de iniciativa empresarial bem sucedida, que orgulha os paranaenses e projeta o parque industrial do Estado no cenário nacional, gerando produtos, renda e trabalho para muitos milhares de pessoas, num exemplo de empreendimento empresarial a demonstrar que arrojo associado à persistência e à visão são capazes de produzir transformações profundas numa sociedade, contribuindo para a riqueza de um povo e para a elevação dos padrões de vida e do bem-estar social.

Os 40 anos da Refrigeração Paraná S.A. são 40 anos de história desse espírito empreendedor, do qual tantos participaram.

Dos incipientes passos acentados em 1949 iniciava-se uma longa caminhada, sempre em busca do crescimento, do aperfeiçoamento dos produtos, da conquista do mercado, da satisfação das crescentes necessidades na linha da refrigeração.

A marca Prosdócimo surge em 1957 no mercado brasileiro e começa a se firmar a partir de 1962 quando era produzido o primeiro congelador brasileiro, produzido em instalações industriais que contavam então com 57 funcionários. Decorridos 27 anos, a marca Refripar conquista a liderança no mercado de freezers no País.

Crença no trabalho e vontade de realizar e empreender aos poucos vão promovendo a expansão do grupo, com a fusão de várias empresas nacionais que atuavam no mesmo campo de atividades, fazendo com que a Refripar se transformasse na maior fábrica do ramo da América Latina, ampliando consideravelmente o mercado de trabalho a ponto de contar atualmente com três mil funcionários somente em Curitiba.

A história da Refripar é a história de bandeirantes do progresso, história de homens que constroem o futuro que transformam sonhos e ideais em realidades, que ajudam a construir o desenvolvimento e contribuem para mudar a própria sociedade no seu inexorável caminho de evolução. Homens como João Prosdócimo e Waldemar Tomazek; Pedro João Antonio Prosdócimo e tantos outros que antecederam a Sérgio Marcos Prosdócimo, que assume a liderança do grupo em 1971, ano em que passou a dirigir a Refrigeração Paraná S.A., consolidando sua liderança em 1984, quando foi eleito presidente do Grupo Refripar, integrado por nove empresas: Refrigeração Paraná S.A.; Vidrolan do Paraná Indústria e Comércio de Isolantes Térmicos Ltda.; Climax Comércio

Curitiba, quarta, em 06.12.89

Internacional; Umuarama Administração de Bens e Participações Ltda.; Refripar Gelo - Máquinas Automáticas Ltda.; Rodoviária Imobiliária Bela Vista Ltda, e o Consórcio Nacional Prosdócimo, empresas essas com sede em Curitiba além da Refripar da Amazônia, com sede em Manaus, e a Climax - Indústria e Comércio S.A., com sede na cidade paulista de São Carlos, contando esse grupo de empresas com mais seis mil funcionários.

Sérgio Marcos Prosdócimo é natural da cidade de Curitiba, nascido em 26 de janeiro de 1942, filho de João Antonio Prosdócimo, já falecido, e Dona Aurora Marcassa Prosdócimo. Casado com a Senhora Lisiane Prosdócimo possui o casal três filhos.

Sérgio Marcos Prosdócimo é industrial com cursos de pós graduação em Finanças e Administração, participando do Conselho de Política Econômica e Social da Confederação Nacional da Indústria, sediada no Rio de Janeiro; do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, de São Paulo; do Conselho Paranaense da Livre Iniciativa; do Instituto Liberal do Paraná; membro do Conselho Fiscal do Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros; Conselheiro da Associação Brasileira da Indústria Elétrica-Eletrônica, sendo ainda tesoureiro da Associação de Transplante de Medula Óssea Alírio Pffiffer e coordenador do Programa Vale Creche, do Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR.

Em face da dinâmica atuação desse homem de empresas, de cujas iniciativas, visão e firme determinação expandiu-se vigorosamente o grupo empresarial como uma das presenças marcantes da contribuição do nosso Estado ao crescimento da economia nacional e do mercado de trabalho, justa é a homenagem que deve prestar esse Legislativo concedendo a Sérgio Prosdócimo a Cidadania Benemérita do Paraná.

A Presidência comunica com satisfação a presença neste plenário do Prefeito eleito Lázaro Gomes da Silva do novo Município de Ouro Verde.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro Orador inscrito, Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ultimamente, tenho procurado estar nesta tribuna quase que todas as sessões e gostaria de fazer algumas observações aos companheiros. Evidentemente que não tenho por norma, vir quase que todas as sessões nesta tribuna para fazer observações. Se eu faço é por motivo de força maior. Não tenho por norma querer exhibir-me na tribuna, tentando mostrar que aqui estou para

fazer proselitismo em cima de uma determinada situação que a rigor não havia razão de ser, que não fosse na defesa da causa da segurança pública, em especial das duas grandes corporações: Polícia Civil e muito especialmente a Polícia Militar.

Estou muito preocupado, companheiros, com o que foi assinado há algumas horas atrás no Palácio Iguaçu: é a proposta de encaminhamento de um aumento salarial para as duas instituições. Já tomei conhecimento, pedi vistas, e não gostei absolutamente nada do que vi. A Polícia Civil há mais de 30 dias vem ameaçando o Governo, já fez greve e lamentavelmente ela tem razão porque está ganhando um salário mísero, de fome, e como tal ameaçou o Governo do Estado que se não desse 75% ela continuaria em greve.

Tudo muito bem. Quem ganha pouco para um exercício numa missão tão nobre, tão importante quanto essa, tem que se impor, porque quem faz greve, faz pressão, ganha; e quem não faz, fica à margem do processo.

Mas, companheiros, a Polícia Militar, regida por um regime estatutário, não pode fazer greve, faz às vezes até da companhia Polícia Civil e às vezes daqueles outros que fazem, ela procura trazer a ordem e a tranqüilidade e desempenhar o serviço de forma satisfatória para que o Estado não sucumba.

Mas, pelo amor de Deus, pelo que eu tomei conhecimento, apresentar uma proposta na razão de 16% ao policial militar é vergonhoso, é vexaminoso, é indecente. Soldado vai ficar com NCz\$ 1.877,00. Pelo amor de Deus, Governador! Tenha um pouco mais de bom senso, sensibilidade, avalie, analise porque eu vou me permitir apelar aos prezados companheiros para nos solidarizarmos, estudarmos e apresentarmos as emendas que forem necessárias. Não é possível manter uma corporação de pé com um salário aviltante. Já antecipadamente eu digo: virei nesta tribuna mostrar dados, detalhes porque é inadmissível. Se uma corporação, companheiros, sai de uma greve, preparem-se porque uma outra está na iminência de entrar em greve.

Não estou incitando, estou tão somente chamando a atenção porque não houve sensibilidade da parte de quem quer que seja, e fosse no sentido de analisar e avaliar. NCz\$ 1.800,00 para um soldado, pelo amor de Deus! Brincadeira tem hora, companheiros!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Quando peço a palavra algumas pessoas reclamam e fazem cara feia, mas sempre quando venho à tribuna venho com uma proposta concreta. Chamam-me de demagogo, que meu projeto é ilegal, que o projeto é inconstitucional, tentam confundir a opinião pública... e por que isto acontece? Porque muitas vezes a gente é solitário numa determinada idéia. Numa idéia por exemplo como a do PROÁLCOOL que defendemos há dois anos atrás nesta Casa, que está registrada nos Anais da Assembléia Legislativa e hoje todos falam do problema do álcool, da irresponsabilidade do Governo... que dizia que o petróleo ia acabar e que a nossa saída era o álcool... pediu para todo mundo investir, plantar cana, produzir álcool... era a nossa saída. E hoje? Hoje todo mundo começa a citar este problema.

Temos aqui um Deputado que muito prezo, Líder do PFL, tem usina e sabe do problema que aflige não somente os plantadores mas toda essa gente que investiu nestas usinas, não é Deputado Costenaro? Sou, antes de Deputado, um cidadão paranaense, um cidadão brasileiro, cidadão que foi engodado, que foi enganado por este Governo, quando me induziu a comprar um carro a álcool. E eu comprei. E na minha situação, não na situação de Deputado, mas de cidadão brasileiro, quantos milhares, milhões de brasileiros nós temos?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Permite-me um aparte?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Concedo o aparte a Vossa Excelência com muito prazer, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado pela gentileza de Vossa Excelência.

Vossa Excelência quando iniciou o discurso disse que alguns Deputados fazem cara feia quando Vossa Excelência vai à tribuna. Vossa Excelência demonstra com isso que não tem "fair play", porque eu, quando Vossa Excelência passou por aqui, disse em tom de brincadeira: declina! Porque Vossa Excelência demorou a atender o chamamento da Mesa. Mas sempre o escuto com prazer. E não o chamo de demagogo. Agora, não posso aceitar alguns posicionamentos de Vossa Excelência porque como aqueles dois projetos que Vossa Excelência apresentou, embora reconhecido o conteúdo humano de ambos, e eu por uma questão de foro íntimo não gosto de votar matéria inconstitucional...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Vossa Excelência apenas cita para clarear o problema dos servidores públicos?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Exato, que Vossa Excelência desejava um reajuste e é

muito humano, do ponto de vista prático é muito humano. Mas, temos que nos ater ao que diz a Constituição do Estado, política salarial é iniciativa exclusiva do Poder Executivo, com relação aos funcionários do Poder Executivo.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Com relação à be-teenização também, não é Excelência?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Exatamente.

Agora Vossa Excelência vem fazer uma defesa do PROÁLCOOL. O PROÁLCOOL foi um dos maiores desastres na História deste País. Perdoem-me os usineiros, não cabe nenhuma culpa aos usineiros do Paraná e de São Paulo, mas aos usineiros do Nordeste que têm um verdadeiro "lobby" não só dentro do Ministério da Indústria e Comércio mas também dentro do próprio Governo cujo Presidente é nordestino. E, em se tratando de política econômica ele perde o bom-senso por questões regionais. Vossa Excelência sabe por que é que há a crise do álcool, do combustível? Não é porque há falta de cana ou porque estejam desassistidos os usineiros, absolutamente. Acontece que o açúcar alcançou agora no mercado internacional o mais alto preço de sua história. Os usineiros de Pernambuco, os usineiros do Nordeste que têm, repito, um forte "lobby" do Governo Federal, conseguiram desviar a produção canavieira apenas para a produção de açúcar e conseguiram a autorização deste falido, corrupto Instituto do Açúcar e do Alcool e também deste homem que é acusado de todas as negociatas deste País. O Deputado do "dando é que se recebe", Roberto Cardoso Alves, autorizou o aumento de cota de exportação do açúcar em prejuízo da produção do álcool e do combustível.

Então Vossa Excelência precisa ater-se a esses dois fatores que são primordiais no encaminhamento da análise e apreciação da política do PROÁLCOOL no País.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço, Deputado Erondy Silvério, e são apartes como os de Vossa Excelência que desejaríamos receber sempre, defendendo uma idéia, defendendo um ponto de vista, defendendo um posicionamento.

Vossa Excelência faz duas colocações: primeiro, aos servidores públicos; depois, ao problema da cota do açúcar. Vamos, então, primeiro ao da cota de açúcar. A cota de açúcar foi discutida, foi encampada em primeiro lugar pelo Governador Álvaro Dias ao lado da Bancada Federal que representa o Estado do Paraná para que esta cota fosse aumentada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Mas, acima do Go-

Curitiba, quarta, em 06.12.89

vernador Álvaro Dias, acima da Bancada do Paraná no Congresso Nacional, estão os interesses de quatro milhões de proprietários de carros a álcool, que acreditaram um dia na promessa do Governo. E acima dos governos estaduais e do próprio Congresso Nacional, estão os interesses da economia brasileira.

Eu não estou aqui procurando um "bode expiatório". Estou aqui verberando o procedimento do Ministro da Indústria e Comércio, que é acusado de casos terríveis de corrupção neste País. Mas, ele mantém-se imutável, intocável naquele Ministério, porque foi o Coordenador do Congresso Nacional de um ano a mais, para um homem despreparado para dirigir a Nação, um ano a mais para o Sarney.

Ele mesmo disse, avocando São Francisco de Assis: "É dando que se recebe", ele deu um ano a mais e agora recebeu um Ministério, para enriquecimento ilícito.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço mais uma vez o aparte de Vossa Excelência, e apenas dando seqüência ao meu pronunciamento, Vossa Excelência terá o aparte a hora que quiser, Deputado Erondy Silvério, porque é neste campo, as idéias que eu pretendo debater com Vossas Excelências, não na linguagem rasteira, eu, como colocava, é evidente que o Governador Álvaro Dias encampou essa luta da cota do açúcar.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Concedo o aparte, nobre Deputado.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Deputado Lindolfo Júnior, eu não ouvi, ainda não consegui entender perfeitamente se o seu discurso será ao final para elogiar ou para criticar o setor.

Mas, tenho debatido algumas vezes, principalmente com o Deputado Erondy Silvério, a questão dessa importância desse programa do PROÁLCOOL no Paraná e no Brasil.

Mas, como Vossa Excelência está falando sobre a questão das cotas de açúcar e do apoio que o Governador Álvaro Dias deu para aumentar as cotas de produção de açúcar no Paraná, aproveito esta oportunidade, Deputado Lindolfo, Deputado Erondy Silvério, para dizer em nome do setor, que somos muito gratos ao Governador Álvaro Dias por essa grande iniciativa, porque o Estado do Paraná, hoje, produz quatro milhões de sacas de açúcar e consome nove milhões. Agora, não acho justo o Paraná ficar aí produzindo soja para alimentar o boi, alimentar os porcos em outros países, exportando, fazendo riquezas lá fora e im-

portando combustível, importando açúcar de outros Estados para consumir aqui dentro.

O Governador Álvaro Dias teve uma visão nobre, atendendo os reclamos do setor e perfeitamente conseguiu fazer com que o Paraná chegue bem mais próximo da realidade do consumo do açúcar, porque se nós temos terras produtivas, se temos capacidade, instalações e condições de ampliar, se já temos a cultura da cana, disseminada em várias áreas do nosso Estado, por que não deixar de importar o açúcar e passar a produzir dentro do nosso próprio Estado, aumentando divisas, dando mais emprego, criando infra-estrutura da agroindústria em todo o território do nosso Estado?

Então, eu acho que foi uma grande saída, tanto quanto foi historicamente do "lobby" que tinha o Estado de São Paulo, de não deixar nenhum Estado produzir laranjas, só o Estado de São Paulo poderia produzir laranjas. Hoje o Paraná também está se transformando num Estado produtor de laranjas.

Eu tenho, em algumas oportunidades, criticado aqui algumas atitudes do Governo do Estado, mas elogiando aquelas que são de vital importância para o desenvolvimento do Paraná.

O aumento das cotas de açúcar, seja lá como for, como diz o Deputado Erondy Silvério, seja lá do abuso, do toma lá dá cá do Ministro Roberto Cardoso Alves, ou seja pelo direito de produzir mais, de produzir o próprio alimento que consome no Estado do Paraná.

Eu parabeno o setor sulco-alcooleiro, pelas suas conquistas, e parabeno o Governador do Estado por atender esse setor tão importante para o recolhimento de impostos, para a industrialização e o desenvolvimento do nosso Estado.

Eu espero que Vossa Excelência também esteja apoiando essa nossa iniciativa do setor e do Governo do Estado.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite, não abusando, apenas um minuto?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Na sequência, Deputado Erondy Silvério.

Apenas para colocar para o Líder do PFL, que ele talvez não saiba do meu posicionamento, porque naquela oportunidade talvez Vossa Excelência não tenha prestado atenção no meu discurso, em defesa do PROÁLCOOL no Brasil. Talvez tenha acontecido isto.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Naquela ocasião tomei conhecimento. Confesso.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço. Concedo aparte ao Deputado Erondy Sil-

vério.

O Sr. Erondy Silvério - Eu não quero abusar da gentileza que Vossa Excelência tem aberto na tribuna, sempre, para comigo. Mas, apenas para esclarecer uma pequena dúvida levantada pelos nobres Deputados Valderi Vilela e Antônio Costenaro.

Eu, absolutamente, e aliás ressalvei a posição dos produtores do Paraná e São Paulo. Só quem tem viseira é que não enxerga que o "lobby" do Nordeste conseguiu absorver as cotas das usinas, as cotas subtraídas das usinas do Paraná e São Paulo para a produção de açúcar. Hoje, o Nordeste está produzindo e exportando indevidamente, 30% de sacas de açúcar que por direito deveriam ser autorizadas às usinas do Paraná e de São Paulo.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço mais uma vez o aparte de Vossa Excelência.

Vou conceder o aparte também, democraticamente, ouvindo os Deputados.

Concedo aparte ao Deputado Valderi Vilela, Líder do PDT.

O Sr. Valderi Vilela - Nobre Deputado, na verdade o que o Deputado Antônio Costenaro elogia no Governador Álvaro Dias, na distribuição das cotas de açúcar no Paraná, não condiz com a realidade. Não condiz de forma alguma com a realidade, porque há quatro milhões de sacas de açúcar para o Paraná, autorizadas, em detrimento da produção paranaense, conforme citou o Deputado Erondy Silvério, e que beneficiam o Nordeste de uma maneira geral, prejudicaram as grandes usinas em funcionamento, no Paraná. Quatro milhões de sacas de açúcar foram distribuídas para oito novas empresas que produziram açúcar neste ano. Mas, as próprias empresas, nobre Deputado, abriram mão de uma parte desta cota. E o que houve? O que houve foi que, o restante, que é fundamental, foi distribuído de forma cartorial, em conchavos feitos com Sua Excelência o Governador do Paraná. Porque, vejamos bem, a Usina de Porecatu tem capacidade para produzir 5 milhões de sacas de açúcar por ano.

A cota dela, autorizada para 1989/90, é de um milhão e meio de sacas. Sem nenhum investimento, ela tem hoje uma ociosidade de três milhões e meio de sacas de açúcar. A Usina de Bandeirantes, da minha cidade, ela tem uma capacidade de produção de um milhão e 400 mil sacas de açúcar por ano. Sem nenhum investimento. É a segunda maior usina de açúcar do Paraná. E neste ano, 89/90, vai produzir a cota de 862 mil sacas de açúcar.

Para favorecer quem? Diminuíram as cotas das usinas de Jacarezinho e de Bandeirantes; Jacarezinho com uma capacidade de

produção de um milhão e meio de sacas, recebe em 1989/90 apenas 700 mil sacas.

Então, veja nobre Deputado, que houve a minguada cota do Paraná foi mal distribuída. Foi distribuída com parcialidade entre as empresas paranaenses. Há quantos anos existe a Usina Bandeirantes?

Há 47 anos no Paraná. Produziu álcool quando o álcool dava prejuízo. Agora que o açúcar está dando lucro, destilarias de álcool que nunca produziram açúcar têm cotas de açúcar. Isto é má distribuição de cotas.

Portanto, não há nada de real na distribuição das cotas de açúcar do Governador Álvaro Dias. Aliás, o Paraná foi massacrado mais uma vez, disse bem o Deputado Erondy Silvério. O Paraná tinha que ter, pelo menos, a capacidade das suas indústrias atendidas nas cotas. Produz uma quantidade x de sacas de açúcar e consome até três vezes mais. Isto é o que se instalou em torno de política neste Brasil e neste Paraná, com o qual não concordo.

Por isto, parablenizo Vossa Excelência, quando traz à tribuna desta Casa assunto de interesse do Paraná.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço, mais uma vez, mostrando aos nobres Pares que esse assunto foi levantado há dois anos atrás. Mas, muitas vezes nós temos sido incompreendidos desta tribuna.

E um outro ponto que faço questão de levantar, foi o segundo que o Deputado Erondy Silvério colocou com relação aos salários corrigidos dos senhores servidores públicos eu quero dizer uma coisa.

Almoçando com o Deputado Nereu, ele dizia: "Deputado Lindolfo, se Vossa Excelência for Governador do Paraná, terá que pagar o salário beteenizado." Não há nenhum tipo de capricho pessoal que move, a mim, pelo menos, de ser Governador do Paraná.

Mas, se o meu Partido entender que o nosso nome está apto a disputar a governância do Paraná, tudo aquilo que eu apresentei nesta Casa até hoje, tanto os projetos como as emendas à Constituição. E nós tivemos o maior número de emendas contempladas na Constituinte do Paraná, mesmo aquelas rejeitadas, nós temos um compromisso de chegar, de sintonizar o nosso discurso com os nossos atos, o que infelizmente se deteriorou, se degenerou neste País.

A questão da beteenização dos salários é uma questão estudada com profundidade.

Sr. Presidente, nobres Pares, o projeto da BTN fiscal não é só de minha autoria. Esse projeto tem dois autores. O Deputado Lindolfo Júnior e o Deputado José Rogério de Carvalho, que é da Bancada do

Curitiba, quarta, em 06.12.89.

PSDB, que assinou lendo o projeto, colaborando conjuntamente conosco neste projeto.

E quando se coloca a questão do funcionalismo, eu quero mostrar aos nobres Pares uma coisa, ou o meu Projeto é ilegal, é inconstitucional ou existe uma inconstitucionalidade num Projeto que está tramitando e está na Ordem do Dia de hoje, e eu vou mostrar, é este aqui, o 346/89, o Projeto do IPVA que vem agora, somente agora, para a Assembléia Legislativa para ser votado.

E vem com uma série de equívocos, e eu chamo a atenção das lideranças para que retiremos por duas sessões este Projeto para discutirmos com profundidade.

E o artigo 12 diz exatamente o seguinte, Senhores Deputados - "O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, quando não pago no prazo regulamentar será corrigido monetariamente com base na avaliação percentual do bônus do Tesouro Nacional Fiscal, ou seja, diário, ocorrida entre o dia do vencimento do imposto e o dia em que se efetivar o pagamento".

Mas, meu Deus, o Governo arrecada, após o vencimento, em BTNF, e por que o funcionário público, se nós estamos respaldados pela Constituição, elaborada por nós que somos constituintes de 1989, num desrespeito flagrante à Constituição do Paraná? Não mas o Lindolfo Júnior é demagogo, o Lindolfo Júnior quer tumultuar! Eu não quero tumultuar nada, eu só quero trabalhar ao lado dos Senhores debatendo idéias! Eu aceito crítica, mas não aceito crítica rasteira, porque "quem com ferro fere com ferro será ferido", comigo. Então eu peço aos nobres Pares para retirarem por duas sessões este Projeto do IPVA que contém uma série de equívocos, e eu peço uma reunião com as lideranças partidárias para mostrar aos Senhores os problemas que tem este Projeto. Porque é muito fácil se instalar uma Comissão Geral, votar rapidinho, aprovar e depois fica do jeito que está!

E, dias atrás eu conversava com o Deputado Erondy Silvério e ele me dizia: Mas, Lindolfo, a arrecadação não é feita em BTNF". Está chegando, Deputado Erondy, está chegando, a beteenização dos impostos, está chegando, como está aí também tramitando o nosso Projeto da BTN fiscal, Deputado Erondy!

Eu tenho boa intenção, eu quero ajudar, eu preciso da experiência dos cabelos grisalhos de V. Exa. também! Eu não quero radicalizar, mas eu estou mostrando uma prova concreta, da tribuna da Assembléia! E, dizem por aí, querendo deturpar a nossa imagem, que eu estou querendo perturbar a Assembléia Legislativa, que eu estou contra todos os Deputados deste Parlamento... eu não tenho nada contra nin-

guém, absolutamente...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - V.Exa. permite-me mais uma vez um aparte? Muito obrigado, mas, mais uma vez V.Exa. está tergiversando, V.Exa. está procurando dar um enfoque todo especial ao problema.

Veja bem, eu disse a V.Exa. que o Governo não beteenizava os seus recolhimentos, o recolhimento dos tributos. V.Exa. disse agora:- "Está chegando". Claro, mas veja, leia V.Exa., a Mensagem é que o Governo quer que os critérios tributários, não pagos na data, sejam beteenizados, para poder cumprir o dispositivo constitucional que determina o prazo certo do pagamento do pessoal. Do couro sai a correia, isso é um provérbio antigo e imutável, indelével. Como é que o Governo pode beteenizar os seus gastos e seus créditos receber quando bem entenderem os maus contribuintes, diga-se de passagem, os maus contribuintes que graças a Deus se constituem a minoria no Paraná?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados, aceito as ponderações ao nosso discurso, mas me permitam não concordar com algumas colocações.

Artigo 5º - Veja bem, tudo para o Estado e nada para o contribuinte. O Estado sempre quer sair ganhando. O valor da data base de cálculo previsto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, será convertido em Bônus do Tesouro Nacional, tomando-se por referência o valor desse bônus do mês da ocorrência do fato gerador.

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa tem mais um minuto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Parágrafo 2º - No caso já de recolhimento indevido do IPVA, (quer dizer, o Estado recolheu indevidamente o IPVA do cidadão), a restituição do indébito será feita, ou melhor, deverá ser feita a requerimento do contribuinte, (o contribuinte tem que fazer um requerimento porque ele foi lesado pelo Estado), a autoridade fazendária que procederá à devolução devidamente corrigida em BTNF, veja bem, o Estado vai devolver em BTN Fiscal também, do dia do deferimento do pedido.

Mas, é uma barbaridade um negócio desses, porque ele pode deferir hoje e pagar no dia 30 deste mês. Ora, isto é uma barbaridade Senhores Deputados. Por que na data do deferimento? Tem que ser na data do pagamento. Vai pagar hoje, vai corrigir até hoje em BTNF. Porque não adianta nada eu "canetear" hoje que é dia 5 para pagar no dia 30. E aí como fica essa defasagem?

Eu estou discutindo questões concre-

tas, sérias desta tribuna, e eu exijo um pouquinho de respeito. Porque nós estamos aqui legislando, ungidos pelo voto popular para defender os interesses do Paraná. E se um dia Deus me conceder a graça de chegar ao Palácio Iguaçu - e não tenho nenhum capricho pessoal para chegar lá - eu vou ter que apresentar e dar uma satisfação com relação aos discursos que tenho feito.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - V.Exa. permite-me um aparte? (Assentimento). Deputado Lindolfo, eu estou ouvindo e estudei pela parte da manhã este projeto de lei 346, e também no artigo 12 ele diz. Que o crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, quando não pago no prazo regulamentar será corrigido, monetariamente, com base na avaliação percentual do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal, ou seja, BTN Fiscal ocorrido entre o dia do vencimento do imposto e o dia em que efetivar o pagamento.

Então vejam: toda a multa agora será corrigida em BTN Fiscal e não em BTN. Afinal de contas o empresário que vende o seu produto vende em BTN se for o caso, com prazo em BTN e não em BTN Fiscal. Então o Governo quer recolher, quer tirar de uma forma leonina e receber no dia valorizado o seu dinheiro, a multa é tributo.

De forma que é impossível ao pequeno empresário que eventualmente deixa de pagar o tributo no dia por um aperto, a situação que está aí uma política descontrolada, desequilibrada por falta de caixa, vai ter que recolher em BTN Fiscal. Mas o Governo, como bem diz o Deputado, não paga os deveres, não paga os salários em BTN Fiscal, não. Nem em BTN. Agora quer receber em BTN Fiscal...

Eu também sou favorável e me solidarizo dentro do seu pronunciamento com uma emenda neste projeto que haveremos de fazer colocando aqui a BTN só. Não a BTN Fiscal.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço.

Meu tempo está encerrado e eu peço ao Presidente da Casa, Deputado José Afonso Junior, que por favor, a partir de agora, me conceda o horário da Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Nós já estávamos concedendo o horário; o Presidente Anibal Khury lhe deu mais um minuto. Aí, como o seu minuto tinha vencido, nós lhe concedemos os cinco minutos da Liderança.

O senhor está com quatro minutos e 23 segundos. O senhor tem mais um minuto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço, caro Presidente.

Uma outra questão, mas eu não tenho

tempo para falar, e quando quero falar dizem que estou falando demais.

A questão das penalidades: 50% a penalidade em cima da BTN. Ora! Isso é uma barbaridade e outras questões.

Eu peço ao Líder do PMDB, ao Líder do Governo, às Lideranças partidárias, que façamos um amplo entendimento, um amplo acordo de lideranças e se possível até apresentemos um substitutivo, eu não quero ser o autor da idéia, o que eu acho é que precisamos tomar uma posição, uma posição clara, uma posição cristalina dos problemas que o contribuinte do Paraná vem sofrendo.

E quero dizer mais: ontem fomos apresentar e já estávamos com a petição preparada, impetrar um mandado de segurança no sentido de proibirmos a vinda do metanol para o Estado do Paraná.

Tenho uma responsabilidade como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, mas devido ao tumulto generalizado aqui na Assembléia, não nos foi possível tomar as providências cabíveis.

Para encerrar, Sr. Presidente, apenas gostaria de me colocar contra ... me solidarizar com o Governo e com as Lideranças de outros Estados, que têm proibido a vinda e a comercialização do metanol nos seus Estados respectivos.

Agradeço, Sr. Presidente, a Vossa Excelência, às lideranças, aos Deputados, à imprensa e aos amigos líderes do interior que nos visitam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PMD se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade é que eu havia me preparado para vir a esta tribuna hoje, mais uma vez, cobrar a situação caótica em que vive a segurança do Estado do Paraná.

Vejam bem: nós estamos e os jornais trazem hoje, a "Tribuna do Paraná" traz em sua primeira página uma fotografia: "PM está ficando a pé".

É uma grande realidade, está aí o Deputado Raul Lopes, que não nos deixa men-

Curitiba, quarta, em 06.12.80

tir, e muito menos o jornal que traz essa notícia, é que as viaturas que estão estragadas estão sem condições de reparo, e além do mais, também, que uma média de dez baixas ocorrem por dia na Polícia Militar do Estado do Paraná, e o pior, não entram dois soldados.

No início do ano, tínhamos cerca de dezesseis mil efetivos na Polícia Militar. Hoje, estamos com treze mil, doze mil e oitocentos e alguns quebrados aí, quando o ideal seria mais ou menos vinte mil homens para policiar o Estado do Paraná. E o policial é o soldado que está com o salário de aproximadamente mil e trezentos cruzados.

Mas agora há pouco eu conversava com o Secretário da Segurança Pública, que me falava a respeito das mensagens que estão chegando a esta Casa ainda no dia de hoje, para que nós possamos votá-las e se for o caso, evidentemente, aprová-las o mais depressa possível. E me dizia o Dr. Antônio Lopes de Noronha de que, junto à Polícia Civil que está em greve há mais de 20 dias, de que houve um consenso de todas as categorias, inclusive dos próprios delegados de Polícia, que vão perder dinheiro, que vão perder um pouco do seu salário para que pudesse o Governador atender a todas as demais categorias da Polícia Civil, porque o bolo, o montante que teria o Governador não seria o suficiente para atender a todos, então se fez uma espécie de rateio, se o Delegado iria receber 30 e aceitou receber 28 para que cada um fosse dando um pouquinho às demais categorias. E a Polícia Civil graças a Deus já está voltando hoje, após esta informação, já está voltando aos poucos ao trabalho, evidentemente que à noite haverá uma assembléia que irá ratificar esta mensagem que está sendo enviada hoje para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

E neste ponto nós devemos cumprimentar os senhores delegados, que foram solidários às menores categorias da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Com relação à Polícia Militar já se antecipou o Deputado Raul Lopes que permanece o descontentamento porque não houve condições de atender à Polícia Militar nessa mesma proporção, porque me dizia o Secretário, que há escalões maiores na Polícia Militar em relação à Polícia Civil.

E, evidentemente, não haveria condições de atender a todos, como queriam especialmente os oficiais da Polícia Militar, da mesma maneira como foi atendida a Polícia Civil, porque o bolo não dava para repartir entre todos os demais cargos da Polícia Militar e também havia um "x" para isso.

Mas, dizia-me o Secretário: o Governador fez o impossível, mais do que o impos-

sível, e vejam que eu tenho sido aqui um combatente a algumas posições do Governador do Estado e acabei me convencendo das explicações dadas pelo Secretário, pelo fato de que se nós não aprovarmos agora nesses dias essas mensagens, a data-base é em janeiro, não é isso, Deputado Raul Lopes, é em janeiro a data-base das categorias do Estado, se não aprovarmos agora, vai inviabilizar inclusive qualquer acerto na seqüência, no mês que vem.

Então, parece-me que, neste momento, cabe a nós Parlamentares que temos representatividade junto ao povo do Paraná e todos aqui ganharam votos na Polícia Militar e na Polícia Civil, usarmos agora de bom senso, dizermos aos policiais militares, em especial às categorias mais elevadas, de que todo o esforço vem sendo feito no sentido de que a todos possam atender.

Vejam, parece até que estou usando aqui o espaço da Liderança do Governo, mas estou dentro da minha coerência, dentro da minha preocupação entendendo perfeitamente a situação do momento, a Polícia Militar, sem viatura para colocar na rua, quem sabe o Governador também tenha olhado para esse aspecto, e possa, diante desse problema, atender o problema do armamento, do equipamento da Polícia Militar.

Vejam, no Tribunal de Justiça houve o mesmo entendimento havido na Polícia Civil, eu gostaria, companheiro Deputado Raul Lopes, nós que sempre nos somamos aqui, eu, Vossa Excelência, o Deputado Alborghetti, que somos mais ligados nesta área, talvez de nos sentarmos após a sessão de hoje, analisarmos bem essa mensagem, porque nós somos condutores de uma situação dessa massa tão grande que é a Polícia Militar e a Polícia Civil, e de repente talvez uma escorregada de nossa parte, do não entendimento de uma mensagem desta, possamos até criar um clima pesado dentro de uma ou outra corporação.

Por isso venho a esta tribuna, ninguém me pediu, mas eu senti o drama aqui, atrás da mesa da Presidência, do Secretário, dos delegados de polícia, do Comandante da Polícia Militar, Cel. Vantuil Borges, que aqui está, neste momento; eu senti o drama desse pessoal, e sinto o drama do policial que está na rua, mas acho que melhor esse pouco agora e uma compensação em janeiro, do que de repente inviabilizarmos essas mensagens que estão chegando hoje na Assembléia.

Concedo aparte ao Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes - Perfeitamente, Deputado Algaci.

O Secretário da Segurança me fez a mesma observação, nós fizemos outras ponderações para ele, evidente. Agora, não é fácil administrar 1.877 cruzados para o

soldado, e na expectativa de que o ano que vem, data base, o Governador vai zerar, vai melhorar, essa hipótese, essa perspectiva deixou de existir hoje na Corporação. O que nós ponderávamos para o Secretário é que analisasse, avaliasse e melhorasse um pouco mais o salário do soldado que está devidamente aviltante.

Quer me parecer, que não houve essa possibilidade de fazer, de sorte que, Algaci, ninguém está tentando impedir, mas o que ocorre do lado de lá, a situação é de veras desgastante; você conhece bem, mas nós vamos analisar; pelo amor de Deus a situação está horrível. Nós temos que analisar, e eu quero crer que se nós não colocarmos um pouquinho de pressão e de ponderação, as coisas vão ficar piores do que estão.

Mas, irei analisar contigo, com Alborghetti, com os demais companheiros. A situação não é fácil, evidentemente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Nós entendemos perfeitamente, tanto é que eu falei aqui no início que, por dia, dez soldados deixam a Polícia Militar, porque hoje ganhar um salário de ...

O Sr. Raul Lopes - de 120 por mês.

O SR. ALGACI TÚLIO - Exatamente; então é uma situação realmente muito difícil. Agora o que me preocupa Deputado Raul Lopes, Deputado Alborghetti que estamos no final do ano, é um ano de muita agitação, é um ano de muita gente na rua, é verão, e evidentemente, se nós vemos uma Polícia Militar fora do seu trabalho, quem vai sofrer com isto é a população. Por isso, é que eu acho que é ...

O Sr. Raul Lopes - Ele tinha conhecimento disso. Nós estamos fazendo agora e você vem fazendo há horas, todos nós; isso já é antigo, mas, nem assim sensibilizou-se para tal.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu concordo perfeitamente. Eu acho, e de qualquer maneira eu entendo que nós, em especial nós, todos os Deputados que estão aqui, têm ligação com a Polícia Militar no seu Município, mas eu acho que talvez devêssemos sentarmos aí, ouvirmos as reclamações do Secretário da Segurança Pública, e até se por acaso, se porventura o Secretário ainda estiver na Casa, o Deputado Anibal Khury pode informar, se o Deputado, digo, se o Secretário ainda estiver na Casa, poderemos sentar aqui na sala da liderança do governo, nós Parlamentares mais ligados à área para que nos dê uma explicação a fim de que nós possamos amanhã transmitir aos companheiros da Polícia Militar, Polícia

Civil, a real situação, e pedir a eles um pouco de colaboração, no sentido de que, a população não pode mais ficar sem segurança. É preciso que a Polícia Civil volte às ruas e que a Polícia Militar volte com muita vontade, com certeza de que nós cobraremos no ano que vem, em janeiro uma situação melhor para o nosso pessoal da segurança.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) PTB com a palavra. (Declina)
PTN com a palavra.
Com a palavra, o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Perfeita a posição do nobre Deputado Algaci Túlio; e lamento sinceramente e levo em conta a emotividade ao espírito de corpo, a revolta íntima que sente o nobre Deputado Raul Lopes, mas lamento que, o Oficial Superior da nossa Polícia Militar vem aqui praticamente chamar a polícia à greve.

Já não basta essa greve da Polícia Civil, que é das mais justas, mas que tem causado transtornos sem conta à população, principalmente de Curitiba.

Hoje o crime campeia solto; é automóvel roubado, toca-fita, automóvel arrebatado, é estupro, é assassinato, é assalto em casas comerciais, em casas particulares, e, tudo isso em virtude dessa greve.

Agora, o pior é que os policiais civis estão com a razão, Deputado. O Governador está demorando em mandar essa Mensagem, porque não é possível que um Delegado de Polícia ganhe quatro mil cruzados por mês, na situação em que está a economia nacional, totalmente desorganizada, e além disso há um dispositivo constitucional que ampara a Polícia Civil, por que não cumprir?

Mas, ao mesmo tempo, esta Casa não pode negar ao Governo do Estado, os recursos indispensáveis para que ele possa cumprir os dispositivos da Constituição, inclusive que determina absurdamente o pagamento dos vencimentos até o dia 30 do mês vencido. Isto é um absurdo! Até as empresas privadas têm cinco dias úteis para o pagamento dos vencimentos do pessoal e nós queremos ser mais realista de que o rei, nos queremos que o Governo pague até o trigésimo dia. Entretanto, estamos tentando negar ao Governo do Estado a correção dos seus créditos junto aos maus pagadores. Ainda estive em conversa com o nobre Deputado José Rogério, eu admito uma emenda supressiva na palavra fiscal, mas que crédito tributário tem que ser beteenizado, tem, para que o Governo possa cumprir com as suas obrigações não só com a socie-

dade paranaense, mas com todos os seus servidores.

Não adianta fazer projetos aqui de efeito teatral, absolutamente. Não adianta discursos emotivos, nós precisamos analisar a problemática do Governo do Estado em relação ao descalabro e o caos da economia nacional e procurar, dentro dos limites de força do Poder Legislativo, colaborar não só com o funcionalismo, mas com a sociedade paranaense, especialmente com o Governo do Estado. Nós não podemos exigir que o Governo cumpra obrigações superiores à sua força arrecadadora. No instante em que o Governo quer beteenizar o seu crédito nós não podemos tentar agradar aos maus pagadores, aqueles que não recolhem o dinheiro do imposto, que estão sonegando duas vezes - estão aplicando o dinheiro do imposto no mercado financeiro - estão lesando o consumidor, que pagou antecipadamente o imposto embutido no preço da mercadoria.

Segundo lugar, Senhor Presidente, eu li aqui uma excrescência que um irresponsável lança contra homens de bem. Eu não acompanhei o Prefeito Jaime Lerner na última eleição porque tinha um compromisso "coracional" de amigo, com Maurício Fruet e mesmo por que o Jaime não era candidato, quando ele lançou-se candidato, com a renúncia do nosso Companheiro Algaci Túlio, eu já tinha um compromisso e não podia rompê-lo. Mas, não podemos negar que trata-se de uma das melhores cabeças deste País, um homem que é internacional, ele não está circunscrito aos limites provincianos de Curitiba nem do Paraná, é um homem, internacionalmente reconhecido como um técnico capaz. Ele não merece que um moleque que nós sabemos quem é, que desorganizou o transporte coletivo de Curitiba, que pegou o melhor transporte de Curitiba e do Brasil entregou aos cacos, invista contra homens de bem.

Outros nossos companheiros aqui de trabalho, representantes do povo, o nobre Deputado Rafael Greca. O Greca, me desculpe a presença, o elogio na presença da pessoa pode ser até cabotismo, mas nós temos que reconhecer que é uma das melhores cabeças deste Parlamento. Discordo de muitas posições assumidas pelo Deputado da Tribuna desta Casa, mas ninguém há de negar-lhe a imensa cultura, as colocações certas e felizes que tem feito a respeito dos problemas que, realmente, vive o povo do Paraná. O Algaci Túlio é um político popular, é um político que chegou aonde está nos braços do povo, tem que merecer respeito.

Como é que podem lançar uma excrescência dessa atacando a Dona Fany, que é uma senhora virtuosa, que o que só tem feito é trabalhar pela pobreza, nunca precisou do

dinheiro do povo e nem do mísero salário de prefeitura, ela tem berço, ela tem origem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, isto é lamentável que ocorra numa Cidade que se diz culta, universitária. É lamentável que isso ocorra num Estado punjante. Um Estado que tem como maior patrimônio a grandeza dos seus filhos, não pode abrigar uma cabeça doentia como essa, o lugar deste homem não seria no Paraná.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. RAUL LOPES (Pela ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu quero fazer uma observação, ante a colocação do Deputado Erondy sobre a minha posição em ter incitado a Polícia Militar.

Tive o cuidado de fazer uma avaliação, uma comparação face a situação de expectativa que paira no sistema de Segurança Pública do Paraná, Polícia Civil e Polícia Militar.

Já tomei conhecimento de alguns valores percentuais, tive o cuidado de fazer chamada de atenção para uma melhora no que diz respeito ao percentual atribuído ao soldado.

Tive o cuidado, várias vezes, através da televisão, do jornal e rádio difusão, de fazer uma observação, nunca incitando os companheiros.

Todavia, chamaram-me a atenção do mal-estar que existe naquela corporação. Todo mundo sabe disso, o Governo, o Secretário, o Comandante e todos nós, pois está gritantemente estampado isso nos órgãos de comunicação e no mal-estar que paira dentro da própria corporação. É lamentável evidentemente, a situação em que se encontra, o que não vamos analisar e avaliar.

Naturalmente vou aguardar, só para ressaltar que não incitei, não conduzi em momento algum o pessoal para isso, só disse o que estava por acontecer, evidentemente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PRN se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Primeiro eu quero, como disse através da imprensa, deixar aqui a minha solidariedade ao Deputado Algaci Túlio e ao Deputado Rafael Greca, que eu tenho a satisfação de tê-los como amigos.

O cidadão que fez esse folheto, realmente, não merece a cadeia, ele merecia estar internado num sanatório para doentes mentais.

Mas, ao que eu queria me reportar nessa tarde, é que entrei com várias emendas na Constituição e na totalidade eu as retirei porque eram inconstitucionais.

Eu tive duas emendas graças a Deus aprovadas nesta Casa, na Constituição, e votei as emendas que eu achava que estava de acordo, aliás, com a minha maneira de pensar, com a minha maneira de refletir, com a minha maneira de analisar.

Tive duas emendas que julgo de fundamental importância e que era um sonho na minha vida. Duas emendas aprovadas com o Deputado Haroldo, com o Deputado Basílio Zanusso e é claro foram aprovadas graças ao Plenário.

A primeira do menor abandonado, que todo cidadão que quiser adotar uma criança terá subsídios por parte do governo e a segunda emenda, a qual lutei desde a época de Vereador e que consegui, se não voltar mais a esta Casa, estou com a consciência tranqüila, a emenda que eu e o Deputado Haroldo por horas analisamos, com juristas renomados, que seria também a instalação das Varas nos municípios de grande porte no Paraná. Vara do Menor, exclusivamente do menor, para que o Juiz, o promotor possa realmente trabalhar para o menor e a Vara da Família possa se dedicar à família.

Mas entre as emendas que eu tive que retirar e fico feliz em ter essas duas emendas e a do Tribunal de Alçada também aprovada nesta Casa, minha, ao lado do Deputado Homero e de tantos outros Parlamentares, mas com essas duas emendas eu estou realizado, mas tinha uma que eu retirei, porque o Deputado Caíto dizia ser inconstitucional, o Deputado Nereu, brigo com ele constantemente e o Nereu, quando eu chego com um projeto fala: é inconstitucional. Então, há aquela briga, e eu acho que vou ter que fazer agora projetos autorizatórios nesta Casa.

Não queria fazer um projeto autorizatório, autorizando o Senhor Governador do Estado, mas já que este é o trâmite, então vou sem pensar aqui em demagogia, nada, eu acho que tenho que autorizar.

Agora eu pego, como disse o Deputado Algaci, o mostro aos Senhores: carros da polícia militar estão parados. Vejam bem Senhores deste Parlamento. Carros da PM estão parados, não são só da PM. Agora eu não posso conceber. Eu entrei com um projeto, foi inconstitucional, então eu quero entrar no próximo ano novamente com o mesmo projeto. Eu estava criando as centrais de abastecimento nas microrregiões.

Por exemplo, como é que a Polícia Militar em Londrina, Deputado Raul Lopes, nós temos uma central de abastecimento dentro da própria Polícia Militar que a trancos e barrancos vai funcionando, o

carro não precisa vir lá do Interior para ser consertado aqui na Capital, ele faz a pintura, a retífica do motor, tudo lá. Na Polícia Civil já é um caos, Deputado Algaci Túlio e Deputado Raul Lopes, é um caos. Tem viaturas que saem do Interior do Paraná para serem consertadas aqui na Capital, e poderiam ser consertadas no Interior do Paraná. E este Projeto foi inconstitucional.

Então, quero apresentar um Projeto Autorizatório, eu queria uma central de abastecimento em Paranavaí para atender a microrregião, ali na terra do Deputado Eduardo Baggio. Os carros daquela microrregião iriam para Paranavaí para pintura, para o motor ser reconicionado... nós teríamos uma central mecânica para abastecer toda aquela microrregião. Nós teríamos uma central de abastecimento em Maringá, onde nós teríamos um atendimento para todos os municípios. Em Ivaiporã, na terra do Deputado Orlando Pessuti nós teríamos uma central de atendimento para atender todo o Vale do Ivaí. Em Apucarana a mesma coisa. Em Ponta Grossa a mesma coisa. Em Casca-
vel.

São idéias, Deputado Raul; são idéias, Deputado Algaci. São idéias. É a mesma coisa do Projeto que o Deputado Algaci entrou aqui. Por exemplo, Deputado Renato Adur, se o seu carro for roubado e for localizado numa cidade distante, ninguém fica sabendo. No Projeto do Deputado Algaci que eu entrei com uma emenda todos os carros que forem roubados não deverão ser publicados só no Diário Oficial porque muita gente também não lê o Diário Oficial. Eu gostaria que a "Tribuna" publicasse o relatório, a "Gazeta do Povo", a "Folha de Londrina", o "Correio de Notícias", o "Diário Popular", todos os jornais do Paraná publicassem o número do chassi, a placa e o carro e nós teríamos as emissoras de rádios nos programas de audiência, nós teríamos nas FMs, nós teríamos nas televisões, aos sábados ou dentro dos jornais um espaço para divulgar os carros que foram recuperados pela Polícia. Tudo isso que você apresenta demora para ser tramitado, demora para vir ao plenário e, quando vem, é inconstitucional.

Quer dizer, são idéias, meu Deus do céu, para ajudar a quem? Ajudar à Polícia Militar, ajudar à Polícia Civil, ajudar aos contribuintes. São Projetos, são idéias, e eu não queria fazer um projeto autorizatório: "autorizo o Governo do Estado, Senhor Governador Álvaro Dias, a implantar em tal cidade". Quer dizer, eu não queria assim, eu queria um projeto aprovado. Se o Senhor Governador vetar, então eu vou trabalhar como eu sempre tive o companheirismo, como eu sempre tive nesta Casa o carinho e o respeito por parte de todos

os Senhores Deputados; eu haveria de ganhar, haveria de derrotar o Senhor Governador. Então, são idéias, idéias que a gente planta nesta Casa, idéias férteis que vão de encontro à comunidade. Agora é inadmissível - se os Senhores me permitem - hoje a "Tribuna do Paraná", na 1ª página os carros abandonados, apenas 5 viaturas correndo a Cidade de Curitiba. Então, isso não é admissível.

Então, eu entrarei - se os Senhores me permitem - novamente com projeto inconstitucional, mas vou brigar neste Parlamento criando as centrais de abastecimento em todo o Estado do Paraná.

O SR. RAUL LOPES - V. Exa. permite-me um aparte? (Assentimento). Deputado, eu darei total e pleno apoio ao seu projeto. Não acho que seja inconstitucional. É uma racionalização para descentralizar esse trabalho muito importante do serviço de manutenção. Todas as unidades da Polícia Militar possuem até 1º e 2º escalão o serviço de manutenção para salvaguardar isso que o jornal está publicando. Ocorre que as verbas de capital para manutenção dessas viaturas não têm sido de todo satisfatórias e ao Secretário cabe a responsabilidade de administrar estes recursos, para que tal não venha a acontecer.

O Governador de vez em quando exhibe um número até maravilhoso, fantástico, de viaturas para passar ao serviço da Segurança Pública e, no entanto, não sabe ele que lá na frente são prejudicados neste sentido. Razão pela qual lhe darei todo o apoio, porque tem o bom senso, o critério, nesta racionalização de serviço.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar, Senhor Presidente. Vou entrar com este projeto, como o outro projeto que retirei da Ordem do Dia. Foi feita uma nova análise para os psicólogos, os advogados, assistentes sociais. Sei que o Deputado Nereu Massignan já vai dizer que é inconstitucional, mas mesmo sendo inconstitucional, virei a esta tribuna e vou debater as minhas idéias, porque milhares de psicólogos e assistentes sociais estão desempregados neste País. Mas tenho certeza que o Deputado Nereu vai dar o seu parecer favorável ...

O Sr. Nereu Massignan - Não só o parecer como o voto favorável.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado. Para encerrar, com todo o respeito que tenho à Polícia Militar e à Polícia Civil, conversando com o Secretário Antônio Lopes de Noronha hoje, por te-

telefone, analisei os prós e os contras e realmente, a minha vontade é fazer com que a Polícia ganhe bem. A minha vontade é de fazer com que a Polícia Militar, que está saindo e indo embora, ganhe bem. Só para finalizar a maioria dos policiais da Polícia Montada sai e vai trabalhar no hipódromo, porque lá se paga mais do que se paga para a Polícia Militar. O meu sonho é fazer com que a Polícia Militar ganhe melhor. O meu sonho é fazer, Dr. Bassan, com que a Polícia Civil ganhe melhor. Não só o Delegado, mas o Escrivão ... o "tira" também. Mas o Governo não tem. Então, vamos aguardar que o Governador busque subsídios. Busque! Busque! Busque!

Há necessidade de reflexão, no momento, mesmo que ele seja pequeno, para que possamos fazer com que a Polícia Civil e a Militar tenham o direito de receber um salário decente.

Muito obrigado, Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados, Senhores convidados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PRP se fará uso do horário de sua Liderança.

(Declina).

Consulto à Liderança do PSDB.

(Declina).

Consulto à Liderança do PMDB.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - No Horário da Liderança do PMDB falará o Senhor Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Uso a tribuna no Horário da Liderança do PMDB para discutirmos um pouco mais, à luz da razão, o episódio que esta Casa tem comentado a respeito da questão do vencimento da Polícia Civil e da Polícia Militar. E discutir este assunto com profundidade, com os Senhores Parlamentares, sabendo que estamos tratando sobre vencimentos de um segmento tão importante do funcionalismo público do Estado do Paraná. É um segmento de composição, e de proporção em número de servidores, desproporcional: Polícia Civil, Polícia Militar, ambas responsáveis pela segurança do nosso Estado, que é uma das cobranças básicas da população, em que se possa, através de um salário condigno, fazer com que a segurança pública resgate a vontade de prestação de um serviço na defesa da propriedade, na defesa da vida na defesa, portanto, dos elementos básicos do cidadão.

Senhor Presidente, Senhores Parlamen-

tares, acredito que a Assembléia Legislativa, no dia de hoje, ao receber as mensagens governamentais de readequação dos vencimentos da Polícia Civil e da Polícia Militar, marca o início de um ponto altamente favorável a este Parlamento. Costaria de resgatar com os companheiros que trabalharam no processo de Constituinte do nosso Estado, em inúmeras reuniões, em consultas e mais consultas, em estudos, debates onde há unificação inclusive dos partidos políticos e entenderam da necessidade de, em conjunto, buscar alguma coisa que pudesse dar dignidade à Segurança Pública do Estado. E foi assim quando analisando a questão da isonomia na Polícia Militar e na Polícia Civil, buscamos após longos debates uma fórmula primeira de solucionarmos ao da Polícia Civil nos amparando de dispositivos constitucionais estranhos ao artigo 135, para podermos dar essa isonomia à Polícia Civil nos baseando numa disposição no final da Constituição Federal que dava aos delegados o mesmo tratamento das carreiras jurídicas e ficou, após a colocação disso para a Polícia Civil, a dificuldade do enquadramento da Polícia Militar porque a Constituição nos proibia de fazermos uma vinculação de Polícia Civil e Polícia Militar.

A Assembléia Estadual Constituinte buscou todas as formas para tentar encontrar uma saída de manter o equilíbrio no pagamento de oficiais, delegados e servidores da Segurança. Fizemos o quê? Colocamos uma vinculação com as Forças Armadas para a Polícia Militar. Com que finalidade? De despertarmos e comprovarmos o desejo da Assembléia Estadual Constituinte de que se recuperasse o salário das duas Polícias.

Digo que hoje é um dia memorável para esta Casa porque com discrepância ou não, atingindo o objetivo total ou não as mensagens acabam de entrar na Assembléia Legislativa para readequação dos vencimentos da Polícia Civil e Militar.

Agora é importante, Senhores Parlamentares, para a continuidade dos debates que haveremos de travar indiscutivelmente no plenário desta Assembléia Estadual de que as mensagens são a readequação dos salários, não significa o aumento salarial das duas Polícias que têm a data base para janeiro do próximo ano ... (É tirado o som)

Só para concluir Senhor Presidente.

As mensagens não significam o aumento que corporações terão, significam uma readequação de vencimentos e é o início. E com o devido respeito ao Deputado Raul Lopes esta discussão vai-se prolongar e nós talvez venhamos cerrar fileira do mesmo lado, defendendo a conquista máxima que se possa tirar dentro das próprias mensagens, mas o entendimento não pode deixar de ser

colocado claramente de que as mensagens não estão tratando de aumento de vencimento estão tratando de readequação. E por certo pode não ser o final da grande vitória mas o início da devolução da dignidade salarial para a Polícia Militar e Civil. E dentro deste prisma que conclamo os Senhores Parlamentares para analisarem as mensagens que chegarão às mãos dos Senhores Deputados possivelmente amanhã e buscaremos conscientemente o melhor que pudermos tirar, lembrando sempre que teremos um novo embate em janeiro por ocasião do dissídio coletivo das duas categorias. Eu tenho certeza que dentro desse espírito nós haveremos de levar com este Parlamento, defendendo esse interesse básico da população, a dignificação salarial das duas corporações.

E ousou solicitar, visto que pela manhã estive conversando com os integrantes da Polícia Militar inclusive, o entendimento nessa negociação, para que possamos, através desse diálogo e da vontade unânime de todos nós, caminharmos para o melhor na solução desse impasse.

Se me permite a Presidência, eu concederia um aparte ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Vossa Excelência foi muito feliz em sua explanação, e nós temos aqui hoje, para honra nossa, entregando à Presidência desta Casa essas mensagens, o Sr. Secretário da Segurança Pública, Delegado Geral da Polícia Civil, Dr. Renato Ortoloni, Comandante Geral da Polícia Militar, Cel. Wantuil, e sabemos, ilustre Deputado, que o Governo do Estado também, para enviar essas mensagens e para conseguir fazer frente a essas despesas, está também fazendo um esforço até sobre-humano. Nós temos acompanhado as discussões, as conversações dos representantes dessas categorias com o Governo do Estado, e sabemos também, ilustre Deputado, que no próximo mês de janeiro, voltaremos a discutir esse assunto, evidente na data-base da Polícia Militar, da Polícia Civil, e eu tenho certeza, que novas mensagens virão, dando, daí sim, reposições e aumentos aos policiais civis e aos policiais militares.

Por isso até, ilustre Deputado, ousaria solicitar aos Deputados de todas as bancadas, para que votássemos em regime de urgência e sem emendas essas mensagens, para não prejudicarmos os membros dessas duas corporações.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Raul Lopes - Presidente, serei breve. Eu também quero congratular-me com o companheiro Caíto, que vi o esforço dele por ocasião do trabalho constitucional.

Indiscutivelmente a Polícia Militar e

Curitiba, quarta, em 06.12.89

a Polícia Civil conquistaram resultados maravilhosos. A grande preocupação minha, mesmo em tentando readequar o percentual salarial para as duas instituições, a Polícia Militar, no que diz respeito ao soldado, ficou numa situação muito ínfima, muito pequena, e isso me preocupa indiscutivelmente, nós vamos estudar, vamos avaliar, quem sabe nós vamos apresentar uma emenda, para tentar melhorar.

Não quero com isso denegrir todo o sistema nem muito menos a Polícia Civil, como disse, bem alto e em bom som, merece evidentemente pelo esforço que fez, mas a Polícia Militar foi naturalmente pelo seu efetivo, prejudicada. Mas, se nós caminharmos num raciocínio assim, ela sempre será prejudicada.

Espero que, data vênua, Vossa Excelência que é um estudioso, e que foi um braço extraordinário na Constituinte, atente bem para este detalhe.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Raul Lopes.

Acompanho e sempre acompanhei a preocupação de Vossa Excelência com essa corporação, mas resgato de dizer, que foi com entendimento que superamos barreiras quase que intransponíveis na questão de segurança, como a separação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, e foi com entendimento, com o diálogo que isso foi superado e a Constituição do Paraná criou uma coisa fantástica, exatamente pelo trabalho, conforme desenvolvemos aqui, que foi a reaproximação das Polícias Civil e Militar, inclusive graças a esse bom senso, eu só espero que esse bom senso, essa luta conjunta, continue no decurso da votação das mensagens que hoje adentraram na Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para integrarem a CPI da Saúde. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, indicando o nome da mesma para integrar a CPI da Saúde. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei complementar de autoria

do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n° 297/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que acrescenta parágrafo único ao Art. 281, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 67/88, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que torna obrigatória a distribuição anual a todos os alunos de 1° e 2° Grau do Estado do Paraná, uma cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 211/88, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que institui o CONCURSO DE COMBATE AO FUMO, para Radioamadores do Estado do Paraná a ser realizado, anualmente, em 29 de agosto, "Dia Nacional de Combate ao Fumo", consagrado pela Lei Federal n° 007488, do dia 11 de junho de 1986. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.C.E., por unanimidade. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 192/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 59/89), que altera dispositivos da Lei n° 5944, de 21.05.69 (Lei de Promoções Oficiais da Polícia Militar do Estado). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. -

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando a retirada por seis (06) sessões. - Em votação.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento retirado pelo autor.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 328/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JORGE ALOYSIO WEBER, e também concede os Títulos

de Cidadão Benemérito do Paraná aos Srs. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, GEORGE CHRISTOFIS, RUBENS ARMANDO BRUSTOLIN, JOSÉ ALBERTO PEREIRA RIBEIRO e ARIIVALDO DE MELLO ARANTES. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 343/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 79/89), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 210/89, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que estabelece obrigatoriedade de registro dos estabelecimentos de hospedagem e congêneres. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 258/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que altera a redação do "caput" do art. 2°, da Lei n° 7568/82, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 345/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 87/89), que dá nova redação ao § 1°, do art. 3°, da Lei n° 7257, de 30 de novembro de 1979, alterado pela Lei n° 7812, de 29 de dezembro de 1983. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. -

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 345/89
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Inclua-se como Art. 3°, do Projeto de Lei n° 345/89, renumerando-se os seguintes, a seguinte redação:

"Art. 3° - Das importâncias arrecadadas em decorrência do disposto nesta lei, serão destinados 10% (dez por cento) a reparos de viaturas da frota da Polícia Civil, adquiridas através do Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRES-POL."

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoio: José Afonso Júnior, Erondy Silvério, Nereu Carlos Massignan, Vera Agibert, Lauro Lobo Alcantara, Caíto Quintana e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A destinação de recursos para a efetivação de reparos em viaturas policiais civis, na forma proposta, representará certamente uma agilização no retorno à atividade de veículos desgastados pelo uso.

De outro lado, a programação das despesas relacionadas ao importante problema de recuperação de viaturas, ficando esta desvinculada da execução da despesa orçamentária geral, propiciará um maior contingente de viaturas em serviço, com reflexos positivos no atendimento da comunidade, em face da pronta disponibilidade de recursos específicos.

Portanto, observa-se conveniente para o serviço policial civil a inserção da alteração ora postulada, posto que atende igualmente os interesses comunitários de segurança.

Emenda. - Aprovada.

O Projeto irá à 3.^a Discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 346/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 86/89), que altera dispositivos da Lei n° 8925, de 28 de dezembro de 1988 (que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando a retirada por uma (01) sessão. - Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por uma (01) sessão, o Projeto de Lei n° 346/89.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 50/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Nova Laranjeiras.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de plenário, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 50/89
EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

O Art. 1° do Projeto de Resolução n° 50/89, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Nova La-

ranjeiras:

- Inicia-se na foz do Rio União com o Rio das Cobras, deste até a ponte do Rio Chagu, onde passa a Estrada da Fazenda Velha, numa distância de mais ou menos 14.250.00m., ao rumo de 72°00'SE, confrontando com o Município de Laranjeiras do Sul; segue rio acima até a foz do Rio do Tigre com o Arroio dos Macacos, subindo Arroio acima até encontrar outro Arroio à esquerda, que vai até a sua cabeceira. Daí segue por uma estrada secundária até a encruzilhada da Estrada da Herveira, vindo rumo a Laranjeiras do Sul, até a cabeceira do Rio Lambedor, descendo por este até encontrar o Rio Barreiro, descendo em linha seca até o Cabo Roxo, descendo pelo Rio do Tigre até encontrar o Rio do Cobre, descendo este até o Rio Piquiri, confrontando com o Município de Cantagalo, descendo o Rio Piquiri até encontrar a foz do Rio Cascudo, confrontando com o Município de Palmital, subindo o Rio Cascudo até a sua cabeceira e desta numa linha seca de mais ou menos 4.500,00m., ao rumo N-S, até a cabeceira do Rio Guarani, descendo por este até a divisa do Município de Guaraniáçu e Quedas do Iguaçu, confrontações estas com o Município de Guaraniáçu. Segue numa linha seca e numa distância de mais ou menos 1.500,00m., ao rumo 86°30'SE, até encontrar a antiga Estrada de Ponta Grossa - Foz do Iguaçu, seguindo nesta até o Rio União, descendo o Rio União até o ponto de partida, confrontando com o Município de Quedas do Iguaçu".

Sala das Sessões, em 06.12.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoiamento: Vera Agibert, Luciano Pizzatto, Eduardo Baggio e uma ilegível.

Emenda. - Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 71/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com vistas à criação do Município de Vila Alta, desmembrado do Município de Umuarama. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 2839, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, com apoio do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2832, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2834, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Retirado pelo autor.

Requerimentos de n°s 2836, 2837 e 2838, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2835, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2833, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2799, de autoria dos Srs. Deputados Artagão Mattos Leão, Homero Oguido, Dirceu Manfrinato, e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. - Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

Requerimento de n° 2840, de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela ordem)
Sr. Presidente, apenas uma informação: o Projeto n° 346/89, foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi retirado por uma sessão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Após aprovação, em segunda discussão, ele foi retirado? Ou não?

Eu gostaria de ver o requerimento, Sr. Presidente, escrito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trata-se de matéria vencida.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu agradeço a sua benevolência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu sou muito benevolente. Vossa Excelência no entanto "dormiu" um pouco, no ponto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu agradeço o atendimento que Vossa Excelência faz à minha solicitação. E estou satisfeito.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela ordem) - Eu gostaria de saber do Projeto de Resolução n° 71/89.

Vossa Excelência informava que havia uma emenda do Deputado Artagão Mattos Leão...?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. O projeto de Laranjeiras do Sul.

O SR. EDUARDO BAGGIO - No Projeto n° 50/89? É que nós escutamos aqui que havia emenda em cima do Projeto de Resolução n° 71.

Não há emenda, então?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vossa Excelência fique tranqüilo. Estamos vigilantes.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para comunicar às Lideranças, agradecendo o apoio ao nosso requerimento que retira o projeto sobre a lei do IPVA por uma sessão para que possamos discutir as emendas que serão apresentadas amanhã conjuntamente com todas as lideranças e, desde já, deixar marcado na Sala da Liderança do Governo, para a própria Liderança. Ou do PMDB ou do PFL, encostado aqui no Plenário, para que façamos uma reunião no sentido de esclarecer e esmiuçar os problemas e os equívocos que contém o projeto que o Governo remeteu à Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimentos de n°s 2843 e 2844, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2846 e 2847, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Saúde.

A Mesa exarou o seguinte despacho:

"Esta Presidência, em decorrência do recebimento, pela Mesa, de requerimentos subscritos pelos Deputados e solicita a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o SUDS, solicita aos Srs. Líderes dos partidos a seguir elencados, para que, com base no número de membros obtidos através do cálculo de proporcionalidade por bancadas, atendidas, portanto, as disposições contidas no art. 62, § 1° da Constituição do Paraná, além do disposto nos arts. 37 e 38.

Outrossim comunica que somente após recebidas as indicações, esta Presidência através de ato da Mesa, declarará constituída a Comissão.

Pelos novos cálculos, fica assim constituída:

Bancada do PMDB com 22 Deputados - 4 Deputados;

Bancada do PSDB - 1 (um) Deputado;

Bancada do PFL - 1 (um) Deputado;

Bancada do PDT - 1 (um) Deputado;

Bancada do PRN - 1 (um) Deputado.

Os partidos que constituem o bloco parlamentar, deverão indicar um (01) Deputado: PL, PTB, PDS, PRP deverão se entender e indicar um deputado.

Amélia Hruschka está indicando ela mesma para constituir a Comissão, e o Deputado Lauro Lobo Alcantara indica os De-

putados Orlando Pessuti, Djalma de Almeida César, Pirajá Ferreira e José Felinto. Todos pelo PMDB."

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 185 e 329/89.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 210, 258 e 345/89, e dos Projetos de Resolução n.ºs 50 e 71/89.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 14, 226, 231, 296, 310 e 363/89, e do Projeto de Resolução n.º 76/89.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REIVINDICAÇÕES POPULARES
DÉCIMA-PRIMEIRA LEGISLATURA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Reivindicações Populares para a sessão de instalação, com a presença dos Srs. Deputados Cândido Pacheco Bastos, José Afonso Júnior, Luiz Carlos Caíto Quintana, Antônio Bárbara, João Batista Arruda, Ezequias Losso e José Rogério Carvalho. Assumiu a Presidência, na forma regimental, o Sr. Deputado Antônio Bárbara, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos, conforme determina o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. Foram indicados os nomes dos Srs. Deputados José Rogério Carvalho e Antônio Bárbara, para Presidente e Vice-Presidente respectivamente, os quais foram aceitos por unanimidade. O Sr. Presidente eleito usou da palavra para agradecer ao Sr. Deputado Antônio Bárbara pelos trabalhos que prestou e vem prestando a esta Colenda Casa. Na oportunidade o Sr. Presidente designou a funcionária Vanessa Ferrer Machado, para exercer a função de Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vice-Presidente desta Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em

Curitiba, quarta, em 06.12.89

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Presidente
ANTÔNIO BÁRBARA - Vice Presidente
Vanessa Ferrer Machado - Secretária
COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DÉCIMA-PRIMEIRA LEGISLATURA
ATA DA DÉCIMA-SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de um mil, novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do Deputado Pirajá Ferreira. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA, oportunidade em que a Deputada Vera Agibert apresentou redação final ao Projeto de Resolução n.º 59/89, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA - Presidente
José Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DÉCIMA-PRIMEIRA LEGISLATURA
ATA DA DÉCIMA-TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de um mil, novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do Deputado Pirajá Ferreira. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA, oportunidade em que a Deputada Vera Agibert apresentou redação final aos seguintes processos: Projetos de Lei n.ºs 317, 318, 319 e 320/89 Projeto de Resolução n.º 67/89, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA - Presidente
José Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DÉCIMA-PRIMEIRA LEGISLATURA
ATA DA DÉCIMA-QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de dezembro do

ano de um mil, novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do Deputado Pirajá Ferreira. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA, oportunidade em que o Deputado Raul Lopes apresentou redação final aos seguintes

processos: Projetos de Lei n's 185, 297 e 329/89, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA - Presidente
José Olímpio Sotto Maior - Secretário